

PROPOSTA-11

revista a serviço da educação de base



XILOGRAVURA: JOSÉ COSTA LEITE

P R O P O S T A

REVISTA A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO DE BASE

ABRIL - 1979, nº 11

TRIMESTRAL

ANO 3

EDITORIAL

Conselho de Redação 3 Apresentação

ARTIGOS

Conselho de Redação 5 Entrevista com Heloneida Studart e Raymundo de Oliveira

João Luís van Tilburg 32 Audiovisuais, cartilhas...

José Francisco da Silva 35 Agricultura brasileira, agenda para o amanhã

Conselho de Redação 41 Uma experiência de educação Popular em andamento ou "Como aproveitar pequenas práticas para o processo de organização maior"

João Luís van Tilburg 55 A propósito de "Uma experiência de educação popular em andamento".

PROPOSTA; revista a serviço da educação de base, é editada pela FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; Rua das Palmeiras, 90, Rio de Janeiro (RJ). Coordenador Nacional: Jean Pierre Leroy. Conselho de Redação: Ademar Andrade Bertucci, Antônio Ivo de Carvalho, João Luís van Tilburg, Joaquim Alcides R. Ribeiro, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Sérgio Goes de Paula, Victor Valla, Ziléa Reznik. Datilografia: Elita Vicente de Paula Duailibe. Impressão: Vickson de Souza Viana. Assinatura anual: Cr\$ 170,00; número avulso: Cr\$ 45,00. Enviar cheques nominais à FASE. Exterior; assinatura anual: US\$ 20,00; pagos através de "International Money Order" nominal à FASE.

A P R E S E N T A Ç Ã O

Embora com certo atraso, aqui estã finalmente o nº11 de PROPOSTA. Nele poderã ser encontrados subsidiõs diversificadõs para o debate de algumas questões que, hoje, por força da prõpria conjuntura, se colocam na ordem do dia das prãticas de intervençãõ social.

Assim, a discussãõ com Raymundo de Oliveira e Heloneida Studart, integrantes da recente safra de deputados populares do MDB-RJ, gira em torno da relaçãõ entre o movimento polõtico. Embora sem esgotar o tema, de atualidade prãtica indiscutível, sãõ passados em revista alguns de seus pontos nodais, a partir da experiênciã concreta e fecunda dos dois parlamentares. Se nãõ traz respostas, certamente ajuda a formular com maior precisãõ as necessãrias perguntas em torno do tema e, pelo menos, a superar os simplismõs do tipo "polõtica ã assunto para classe mãdia".

Por sua vez, o trabalho "Uma experiênciã popular em andamento" mostra a trajetõria de uma equipe de intervençãõ que extrai da prãtica os elementos necessãrios ã retificaçãõ de sua linha de trabalho. Dos objetivos estreitos e especĩficos de um Projeto Agrĩcola, ainda que modernizante no seu conteũdo e nas suas formas de gestãõ, chega-se aos objetivos maiores do processo de organizaçãõ autõnoma dos lavradores na defesa de seus interesses, nãõ sãõ imediatos e sentidos, mas gerais e do conjunto da classe. Das prãticas isoladas, supostamente pedagõgicas e conscientizadoras, chega-se a um conjunto maior e articulado de prãticas de luta e organizaçãõ, cuja referênciã nãõ se encontra mais nesta ou naquela experiênciã isolada ou mètodo acertado, mas sim numa anãlise mais abrangente e profunda da realidade e na experiênciã do conjunto da classe trabalhadora em movimento.

À guisa de complemento ilustrativo desse trabalho, PROPOSTA publica alguns depoimentos reais de lavradores da regiãõ.

Por fim, reproduzimos o discurso de José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, no simpósio "Agricultura Brasileira: agenda para o amanhã", que expressa bem a posição daquela entidade a respeito dos rumos atuais da política agrícola oficial.

Esta edição contém um pequeno informe sobre o material pedagógico recentemente produzido pela FASE.

Conselho de Redação

Rio de Janeiro, abril de 1979

Conselho de Redação

Proposta nº 8 entrevistou 2 candidatos populares por São Paulo. Retomamos neste número com 2 deputados estaduais do MDB, eleitos pelo Rio de Janeiro.

Temos por objetivo oferecer aos leitores um quadro mínimo sobre as propostas e as experiências de deputados comprometidos com a causa popular.

P: Situe sua experiência junto a movimentos de base destacando as experiências mais recentes.

R: Minha atuação política em termos de movimento de base se liga a algumas associações de bairros populares, a algumas associações de favelados, em especial no Jacarezinho, onde eu tenho um trabalho há bastante tempo. E aos trabalhos decorrentes da campanha do vereador Antonio Carlos, onde tomei parte efetiva e aprofundei a minha relação com vários organismos de base, principalmente com associações de moradores e alguns sindicatos mais atuantes. Individualmente eu sou um professor-engenheiro e minha luta sempre esteve muito ligada a esse setor como engenheiro sindicalizado, como professor ligado à Universidade. Participei praticamente de todas as lutas estudantis de 61 para cá e depois de 64 continuei participando como professor da luta da Universidade. Como técnico a minha ligação também é grande com o setor de processamento de dados, com um grupo que luta pelo fortalecimento e pelo desenvolvimento de uma tecnologia própria na área. Participamos da criação há dois anos atrás da Associação de profissionais em Processamento de Dados que também é uma das bases de apoio forte que eu tive no trabalho político. E como engenheiro sempre participei da luta dentro do Sindicato e dentro do Clube

de Engenharia. Então resumidamente é isso: trabalho em algumas favelas e associações de moradores, trabalho em alguns sindicatos, especialmente o dos Metalúrgicos em decorrência da campanha do Antônio Carlos e trabalho com setores de profissionais liberais: engenheiros, professores e um grupo de tecnologia na área de processamento de dados.

H: A minha primeira experiência com educação de base se deu de uma maneira muito curiosa. Eu trabalhava no SESI (Serviço Social da Indústria), no departamento de educação social. O SESI é um órgão patronal e tinha por objetivo promover a chamada paz social - aquela paz que nós sabemos impossível. Então o SESI tinha uma postura e eu, uma mulher de formação progressista, tendo lido os melhores autores, tinha outra. Acha que o trabalho de educação popular feito por eles, se fosse levado por mim, poderia dar uma série de resultados interessantes. Assim é que recebi uma biblioteca ambulante que funcionou durante todo o ano de 63/64 e que não era apenas uma biblioteca ambulante. Era um verdadeiro centro cultural completo, porque tinha cinema educativo, fita gravada, livros para serem emprestados e microfone para as pessoas fazerem as palestras, no caso, eu. E esse ônibus era levado aos bairros residenciais dos trabalhadores: Bonsucesso, Penha, Moça Bonita, Padre Miguel. Eu ia com uma visão inexperiente e ainda um pouco paternalista, pois neste tempo eu era bem jovem. Eu ficava impressionada, porque depois que a gente passava o filme, depois que tocava os discos e depois que emprestava os livros, eu fazia um pequeno papo com os trabalhadores; dava o microfone a eles, que falavam da sua problemática. Eu vi então que eles tinham uma visão toda própria de todos os problemas e não apenas do problema da educação. Porque a situação educacional deles era mais ou menos - como se me apresentou na ocasião - resultante de toda a problemática que era a pobreza, o abandono dos conjuntos residenciais, os filhos que não tinham escola, a própria situação da mulher e por aí. Foi uma experiência que me ensinou e me impressionou muito: eu levar algo e eles terem outras coisas para me di-

zer e para me mostrar. Em 64 esse trabalho foi cortado pelo governo. Forças "ocultas" mandaram que o Serviço Social da Indústria encerrasse esta experiência; os ônibus foram guardados nas suas garagens e eu fui guardada também, lá no lado burocrático da coisa, para não mexer mais com isso. De um modo também curioso, a ligação com essas pessoas permaneceu sob várias formas: festas que eles davam e me convidavam, coisas que eles faziam e eu participava. Depois, a atuação na formação do sindicato da minha categoria - os empregados em entidades culturais. Foi um sindicato muito lutado que se fez no último ano antes de 64. Eu fui eleita presidente do sindicato e tive a oportunidade de incentivar meus contatos com esses bairros operários e avançar na direção de algumas associações de moradores, com um trabalho parecido com o do Raymundo. Em algumas favelas como Rocinha, Borel, Formiga e outras fiquei com um trabalho que sempre me impressionou muito, por esta característica que é a visão que eles têm da problemática deles, onde nós temos pouco que ensinar e muito que aprender. A gente pensa que eles não sacam tudo, porque temos essa visão assim um pouco pequeno burguesa intelectual das coisas, mas eles sacam. Por exemplo, que o analfabetismo, a marginalidade e a delinquência são consequências do resto. Então, esse trabalho continuou, ou mais intenso, ou mais fraco, dependendo da conjuntura e da repressão. No meu caso pessoal, sou uma mulher muito ligada à condição feminina - eu tenho um livro publicado sobre a condição das mulheres, que se chama "Mulher Objeto de Cama e Mesa", um livro que se transformou em best-seller. Eu sempre tive muito contato com as mulheres dessas associações; em muitos lugares, como no Morro Santa Marta, por exemplo, o meu contato eleitoral, o meu trabalho político foi feito essencialmente com mulheres. Só através das mulheres é que eu chegava aos homens e à associação que, no caso do Santa Marta, estava soterrada há muito tempo, estava desativada. E durante toda a minha campanha, o que eu observei muito nessas organizações dos favelados foi a crescente importância que as mulheres estão tomando dentro delas.

Quer dizer, há um aspecto novo nas coisas que estão surgindo que é essa entrada das mulheres dentro da luta política. E todas essas coisas reunidas, essas pessoas dos meus contatos com os bairros operários, das associações de moradores e mais os amigos do Sindicato de onde fui destituída pela portaria do Passarinho em 1969, foram as pessoas que incentivaram, pediram e trabalharam a minha candidatura, junto com outras pessoas, voluntariamente. Não tivemos cabos eleitorais, tivemos colaboradores que o tempo todo fizeram esse trabalho. É nesse trabalho nas associações que está, na minha opinião, o grande embrião da democracia, a grande esperança de uma participação maior, uma democracia que não seja apenas uma democracia formal, que não seja apenas uma democracia jurisdicista, como aquela que a gente tinha antes de 64, que funcionava muito nas cidades e nos trabalhos de intelectuais. Para mim funcionava bastante, eu escrevia e publicavam tudo que eu queria; mas nunca funcionou para eles, para os pobres. Então eu acho que a esperança está justamente nessas organizações de trabalhadores, de bairros, de favelas, para a construção de uma democracia realmente para todos.

R: Eu queria falar mais um pouco sobre as experiências mais recentes. Acho que um fato importante que se está vivendo hoje é exatamente o crescimento grande dessas organizações de moradores, essas formas próprias do povo se organizar, ao lado do fortalecimento do movimento sindical. O fato novo ao lado desse crescimento, que hoje já se dá às centenas, está na maneira a meu ver diferente como as forças democráticas estão se ligando a esse movimento. Frequentemente nós tivemos com essas associações uma prática golpista, onde a preocupação central nossa era muito mais o controle delas do que a sua representatividade, o seu desenvolvimento. Eu sinto hoje que realmente houve um processo autocrítico, é preciso uma atitude mais humilde, aquela história que o Paulo Freire cita na Pedagogia do Oprimido, que o nosso papel é a gente ensinar de maneira organizada ao povo o que aprendeu com ele de maneira desorganizada. E de modo geral nossa prática anterior

não era nada disso, era muito mais a gente ir lá com a verdade feita e depositar na cabeça deles que não estavam entendendo o que deviam fazer. Acho que essa visão mais democrática da gente saber que o fundamental está exatamente no fortalecimento das formas do povo se organizar e lutar ele mesmo na defesa dos seus interesses, acho que esse é o fato novo.

P: Considerando a especificidade do RJ (falta de movimentos amplos) quais as dificuldades encontradas?

R: Aí tem uma porção de dificuldades. Eu mesmo encontrei em alguns bairros populares uma dificuldade que estava, por exemplo, na relação das diferentes formas de organização que eles viam. Por exemplo, a contradição entre a luta da associação de moradores e a luta da escola de samba do mesmo local. São experiências interessantíssimas. Porque eu, quando cheguei, imaginava muito convergentes esses movimentos e isso não é verdadeiro. Geralmente até o setor da favela em que vive uma é diferente do setor em que vive a outra. Há até preconceito. Aí é uma dificuldade em termos da organização, o fato de você não conseguir, como eu imaginava, uma convergência, por exemplo, uma organização única. E a outra dificuldade, que se encontra aqui, está nos setores mais atrasados da Igreja, que frequentemente criam empecilhos ao fortalecimento das organizações próprias. Já encontramos dentro da Igreja pessoas com uma visão abertíssima, mas a gente ainda encontra em alguns bairros populares padres atrasados, que dificultam o aumento de nossa representatividade. E talvez no caso do Rio essa dificuldade seja maior ainda pela posição da cúpula da Igreja. Em São Paulo a posição da cúpula da Igreja é bem mais aberta. E isso eu acho que ajuda muito para que os padres que têm contato mais direto com as comunidades, tenham também uma visão aberta.

P: Quanto à questão da candidatura, qual o nível de participação das bases, suas formas concretas de participação no processo, como ela expressa a necessidade de representatividade popular e que tipo de reflexão a orientou?

R: Em especial a minha candidatura surgiu muito do trabalho que tinha sido feito em torno da candidatura do vereador Antonio Carlos. Nós começamos a fazer um conjunto de reuniões com o pessoal que havia apoiado Antonio Carlos, para discutir a nossa participação no processo eleitoral e desse conjunto de reunições foi surgindo a indicação do meu nome. Nesse ponto me deu muita alegria a candidatura ter surgido realmente a partir de um trabalho bastante amplo, bastante representativo. Na escolha, na indicação do meu nome havia um grande número de representantes de bairros populares, dezenas deles numa reunião de umas 300 pessoas. A minha candidatura surgiu muito disso, decorrente de um trabalho da candidatura do vereador Antonio Carlos e com a representatividade que podia ser dada com essas reuniões amplas. Associada a isso havia também uma relativa representatividade, como profissional liberal, professor e engenheiro.

P: Especifique um pouco mais a participação das bases e suas formas concretas de participação na decisão de uma candidatura.

R: O que a gente fazia era convocar para a reunião ampla, que eu falei que tinha 400 pessoas. Foram 3 reuniões consecutivas convocadas em bairros onde houve trabalho político desde a campanha e em decorrência da prática dele enquanto vereador. Nessas reuniões discutimos o nosso papel no MDB, o que o candidato vai ter que fazer, qual a frente que se deve montar hoje, qual o programa mínimo dessa frente. Só na quarta reunião é que nós indicamos um nome. Ao longo desse processo de discussão as coisas foram se afunilando naturalmente. Havia mais ou menos consenso de que eu seria indicado. A gente tinha dúvida se indicaria um ou mais de um, se indicaria algum

candidato a Federal e houve divergência quanto a isso. Eu por exemplo antes desse processo, antes da formalização, tive discussão com algumas das associações de moradores onde já havia um trabalho mais sistematizado. A gente discutiu em alguns locais antes, não digo só antes mas até durante. Esse processo foi um pouco longo, durou uns 3 ou 4 meses. Então a participação vinha por aí, quer dizer, é uma participação muito pouco formalizada, é decorrência ainda do atraso das lutas democráticas. A gente não tem ainda formas institucionalizadas do povo indicar o seu representante. Esse ano, por exemplo, houve um avanço enorme nesse sentido. Já imagino que hoje a gente teria condições de tirar uma candidatura popular com uma representatividade formal muito maior. Ainda não havia por exemplo assembleias locais para que elas indicassem representante para uma assembleia maior. Eu acho que numa próxima candidatura isso já vai ser possível.

H: A minha candidatura surgiu, não dentro do sindicato, que isso não seria possível, mas de pessoas que haviam trabalhado comigo na formação do sindicato das entidades culturais, das pessoas dos bairros populares onde eu já tinha trabalho feito, e também de algumas associações de favelas. Foram feitas várias reuniões onde meu nome foi discutido, meu passado, meu presente, as minhas idéias e a minha vida. Daí resultou a indicação de meu nome para concorrer a deputado estadual. Alguns intelectuais também foram ouvidos - Mário Pedrosa, Edmundo Muniz, esses velhos aí e outros, a fim de dar uma colaboração, de empurrar uma candidatura que achavam significativa. Dessa colcha de retalhos, onde uniram-se o setor popular e pessoas que são teóricas, é que minha candidatura apareceu e foi trabalhada, sempre se discutindo tudo. Não houve nenhum passo da minha candidatura que não fosse discutido por todo o pessoal, por todos os grupos envolvidos.

P: Vocês sempre estão falando em bairros populares. Semana passada saiu no Jornal do Brasil que a votação maior dos candidatos populares foi na zona sul. Como se explica isso?

R: Se a gente for analisar historicamente, vai ver que depois de 64 há todo um processo de cassação das lideranças mais combativas. Tanto que o pessoal que vota no Miro Teixeira hoje, eu tive experiências às dezenas para comprovar isso, votava no Brizola. O que acontece é que com o movimento de 64 e com a entrega do partido da oposição ao populismo de direita - Chagas Freitas com seu adesismo - a imprensa foi controlada pelo Chagas com O Dia e A Notícia, que são jornais populares. E todo o controle do partido oposicionista foi entregue ao Chagas. E com esses órgãos de imprensa na mão eles conseguiram aprofundar ao máximo a ilusão. O regime vigente ajudou a consolidar isso. Na medida em que a luta pelas liberdades democráticas avança, a meu ver isso também tende a ser dificultado. É uma tendência hoje que os candidatos que realmente estejam ligados a luta dos trabalhadores penetrem nos bairros populares. O resultado dessa eleição foi muito melhor do que a de 74, pois houve um crescimento nosso nos bairros populares. Heloneida e eu tivemos votação em algumas favelas que não se tinha antes. O povo do RJ, os trabalhadores do RJ votaram muito mais no Miro Teixeira do que no Modesto da Silveira, isso não tem dúvida. Como votaram mais na Sandra Salim do que na Heloneida Studart. Mas não votaram tão mais assim, ela teve 120 mil e a nossa amiga Heloneida 60 mil. Embora seja verdadeira a notícia do JB, de que a maior parte dos nossos votos veio de um setor mais intelectualizado, mesmo assim o fato novo é o nosso crescimento em bairros populares. E nós crescemos mais onde havia um trabalho de base mais organizado. Onde existe uma associação de moradores forte e representativa é onde os candidatos populares, os mais progressistas, têm o seu trabalho mais avançado.

H: Eu queria dizer também que depois da implantação do regime de 64 o que se viu foi um manto de desinformação cair em cima do povo. Antigamente havia um grande jornal popular, que era a Última Hora. Tinha lá os seus erros, mas era o jornal que levava as palavras de ordem nacionalistas, trabalhistas e que

chegava ao povão, às favelas. Tinha uma excelente coluna sin
dical, estava sempre ao lado dos sindicatos e dos trabalhadores. Isso tudo acabou e eles ficaram num fosso de silêncio. Havia ainda a repressão que sempre funcionou para eles, mesmo quando não funcionava para nós: havia a impossibilidade de comprar livros, jornais, de entrar em associações cultu
rais, cineclubes e todas essas coisas que informam as pessoas da Zona Sul, que são pessoas que sabem quem é quem. Então eles ficaram isolados, como atrás de um fosso, lendo o jornal que para eles foi dado, o jornal do Chagas Freitas, O Dia, on
de estavam apresentados e pretensamente defendidos todos os assuntos que interessam diretamente a eles. Se você ler uma coluna do Miro Teixeira no Dia, verá que o problema da falta d'água, da falta de luz, o problema da falta de escola, de transporte, está defendido meticulosamente, com uma galhardia que faz crer; a quem não conhece a conjuntura e a pessoa, que aquilo é uma postura verdadeira. O trabalhador, que não tem outros meios de obter a informação completa, vota no Miro Teixeira, certo de que está votando na oposição. E eu tive o espanto de ver por aí muito sujeito que votou em Miro Teixeira e Heloneida Studart, Miro e Raymundo de Oliveira. Então eu acho que o que a gente conseguiu nos bairros operários foi ti
rar água da pedra. Então, eu acho que há uma tendência ao crescimento em bairros populares, à medida que forem se abrindo os canais de informação, que forem se fortalecendo os seus centros de lutas, que as associações ampliem suas bases. Cheguei em favelas em que o presidente da associação não podia usar megafone, estava proibido pela polícia de usar megafone. Acho que esse processo não se inverterá assim, em tão breve prazo, mas cresceu enormemente a votação de candidatos popula
res nestes bairros. Eles souberam avaliar melhor quem é quem.

R: Deixa eu dar um complemento aí. Um fato importante que a gente tem que notar também é o seguinte: recebi um panfleto de propaganda do Miro Teixeira e do Átila Nunes que nós assinaríamos em baixo. Beleza de propaganda, inclusive com frases que pareciam tiradas dos documentos nossos. Documento combativo e muito bem escrito.

H: Pela Anistia, pela Constituinte.

R: O que não é comum neles. De modo geral eles nem colocam grandes palavras de ordem na propaganda. Esse documento era um "senhor" documento. O que demonstra também a necessidade deles avançarem nas suas formulações até para manter o engodo, o que eu considero também um avanço. Na medida em que eles, para manter o seu domínio são obrigados a defender palavras de ordem justas, eu acho bom; como achei ótimo a semana passada a Sandra Salim defender a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Eu não estou preocupado fundamentalmente com o que tem no cerebelo dela, estou preocupado com o que ela é obrigada a levar, e é obrigada hoje a levar essas posições e com isso a luta avança, a luta pela Anistia vai avançar. A gente geralmente forçou inclusive a eles, a fazer uma campanha mais avançada, mais aberta.

P: Isso junto às chamadas camadas populares?

R: Esse panfleto do Miro e do Átila não foi para Copacabana não, foi distribuído em bairros populares. Embora em Copacabana, o Miro tivesse um panfleto pela Anistia.

P: Qual a importância da campanha eleitoral para os trabalhos de organização das bases quanto à educação popular?

R: A campanha eleitoral é um momento político em que a gente tem um pouco mais de liberdade, tem condição de colocar mais abertamente coisas que não se pode colocar em momento normal. Acho que devemos nesses momentos conseguir nos empenhar para exatamente ligar as questões específicas às questões políticas gerais. É a luta pela melhora da vala na favela, luta contra a remoção. O momento eleitoral é o momento em que se tem grandes condições de ligar essas lutas com as questões políticas mais gerais. Mostrar o papel do regime atual, o papel do partido da oposição, suas limitações. Acho que uma característica marcan-

te das nossas campanhas é que a gente o tempo todo deixou claro que quem resolve o problema do povo é o povo organizado, não é deputado nenhum. Mostramos as limitações do MDB - em nenhum momento colocamos o MDB como sendo o partido dos trabalhadores. Mostramos as limitações não só do processo eleitoral como do próprio parlamento. E procurando evitar a prática paternalista reforçamos sempre que o problema passa fundamentalmente pela organização do povo em seus locais de trabalho e moradia. Essa para mim é uma diferença marcante entre as nossas campanhas e as campanhas populistas eleitorais, que prometem desde jogos de camisetas até resolver todos os problemas. Nossa prática foi e é no sentido de contribuir com a campanha como com a prática parlamentar, para que o povo se organize e resolva seus problemas. Nesse sentido está sendo fácil a prática posterior porque ninguém está vindo cobrar da gente. Então isso se relaciona com a pergunta colocada que é o problema da educação popular, na medida em que você leva a visão de que o povo está ligado por suas próprias lutas e portanto vai conseguir as suas vitórias.

H: Foi por aí. A gente encontrou nos bairros uma quantidade muito grande de eleitores que estavam profundamente viciados pelas práticas de candidatos eleitoreiros. Quer dizer, aquelas pessoas mais desinformadas, mais atrasadas, chegavam para mim durante a campanha e diziam assim: "será que a senhora não arranja uma bola de futebol pro meu time?". Então eu dizia, "olha aqui, na favela tem pelo menos uns 30 times. Você também está me pedindo um emprego e aqui tem pelo menos 10 mil desempregados. Você acha que eu posso arranjar 10 mil empregos?". A prática era no sentido de que eles mesmos colocassem seus problemas uns com os outros e tentassem resolvê-los. Durante toda a campanha eleitoral a gente discutiu a problemática política do país em geral e eu, especialmente, discuti muito a questão democrática. Porque a gente - escritor e classe alta - pensa que o povo não se interessa pela questão democrática. Mas ele se interessa profundamente e compreende com muita facilidade o quanto é importante a abertura democrática, no sen

tido de que até para conseguir uma bica d'água na favela é preciso ter um mínimo de democracia, para não se ter medo de organizar um abaixo-assinado pra pedir essa bica.

P: Vocês conseguem calcular quantos eleitores perderam por não oferecer a bola de futebol, a bica ou o que fosse?

H: E havia ainda a oferta dos caras que chegavam para gente e diziam assim: "olha, eu sou cabo eleitoral há 20 anos, a senhora precisa de um cabo eleitoral, eu cobro tanto por mês, mas eu sou um cara que realmente trabalha". Aí eu respondia, "meu filho, meus cabos eleitorais, meus colaboradores, estão pagando até a sua própria comida, porque eu não tenho dinheiro, eu sou uma assalariada, e se tivesse eu não faria". Mas a gente também perdeu. Por exemplo, eu me lembro de um grupo que disse assim: "olha, a gente ia votar com a senhora, mas agora vamos votar no doutor beltrano, porque ele vai botar um consultório na favela e vai dar receita gratuita para nós todos". Eu disse, "vocês têm certeza"? "Ele prometeu, jurou, e pra nós é muito importante um consultório, a gente não tem dinheiro". Aí explicou o problema concreto deles, quer dizer ele recebeu aquela mistificação, aquela mentira, se agarrou naquela esperança e votou naquele populista eleitoreiro mentiroso e fraudulento.

R: É profundamente natural que eles entreguem seu voto por algo concreto do que por uma abstração. Por isso é que eu coloquei antes que a gente avançou mais onde o trabalho de organização já estava mais avançado, era alguma coisa concreta. Por que você chegar com uma proposta ainda intelectualizada de organização, enquanto ela não se concretiza, dar os primeiros passos é uma coisa abstrata. O que eu quero colocar é que onde a gente conseguia dar alguns passos no sentido de organização se perdia menos ou se avançava mais, quer dizer, onde já havia uma associação ou onde realmente se conseguia criar um embrião dela, aí era muito mais difícil a gente perder aquele

voto. Eu sou otimista também com o nosso resultado. Acho que avançamos mais do que esperávamos.

P: A campanha formou novos trabalhos de base?

H: Fortaleceu os que havia e formou novos. Em alguns lugares onde as associações estavam desativadas, vieram novos quadros para trabalhar, pessoas que entraram, que vieram discutir a realidade. O movimento continua com grupos de teatro, etc...

R: Campanha eleitoral é um negócio sério, se não é levada de uma maneira correta você pode destruir um trabalho que esteja em formação no local. Então a nossa posição sempre foi a de entrar no local a partir de quem está trabalhando ali, procurar sempre fortalecer o trabalho no local. E quem deve decidir como você vai levar a proposta eleitoral naquele bairro é quem está trabalhando ali. Porque o objetivo central nosso é fortalecer quem está trabalhando no local. E a gente procurou fazer sempre isso.

H: Eu só fui quando convidada por eles. Eu nunca subi como esses candidatos eleitoreiros populistas fazem, tiram um dia para ir à favela. Sobem as favelas bebendo em todas as biroskas e batendo papo, batendo com a mão nas costas dos moradores e prometendo caminhão de cimento. Eu sempre tive essa preocupação. Só fui quando convidada por grupos que tinham trabalho no local. Eles convidavam e eu era uma parte daquela reunião, para então discutir minha plataforma.

P: Havendo vários candidatos populares disputando nessa mesma faixa e levando em consideração essa preocupação de vocês não entrarem em choque com o andamento do trabalho local, queremos saber como que na experiência de campanha ficou essa questão. Até que ponto as diferenças entre esses candidatos populares puderam ser absorvidas?

R: Este é um ponto que desde o início da campanha nos preocupava. Geralmente a gente acaba brigando não com o que é mais afastado mas com o que está mais perto, mais próximo e disputa a mesma área. Desde o início levantava-se essa questão. Da importância de se ter um trabalho de frente tanto que não se abria mão de falar em frente e frequentemente se citava o conjunto de melhores candidatos. E dizíamos sempre aos caras que faziam nosso trabalho eleitoral que procurassem fazer um trabalho de unidade. Dou um exemplo concreto: morro do Borel. No Borel eu tenho um trabalho a partir de um grupo que me apoia lá. Mas evidentemente o Borel é um local em que o trabalho da Heloneida é muito mais forte do que o meu, por toda uma razão histórica. Então é um local em que eu fiz um trabalho pisando em ovos, porque a preocupação central era inclusive não levar confusão do papel dos candidatos populares. Acho que até nisso a gente foi feliz. Porque o trabalho fundamental nosso é tirar o voto do cara ruim, do atraso da Arena e do atraso do MDB. Eu me lembro que nas panfletagens se tinha o cuidado de não entregar um panfleto a quem tivesse com panfleto de outro candidato popular.

H: Não só tínhamos esse cuidado que o Raymundo falou, como eu sempre terminava dizendo: "não sou eu que represento essas idéias, mas também Raymundo de Oliveira, Alves de Brito qualquer um desses em que vocês votarem, votam bem, são candidatos verdadeiros que têm um trabalho, a vida toda aí". Muitas vezes a gente ia nos lugares e o cara dizia assim: "eu vou votar no Raymundo e minha mulher vai votar em você".

P: Até que ponto, as eventuais diferenças entre esses candidatos, ao nível de avanço da campanha, puderam ser entendidas?

H: Porque a prática é que é a grande mestra de todos nós. Às vezes a gente tem diferenças teóricas, mas na prática a gente vai ver que as coisas são muito mais fáceis de fazer.

R: Se a gente sentar numa mesa com um grupo de intelectuais nós ficaremos horas discutindo as divergências que existem e é bom que existam, porque o processo de desenvolvimento se dá a partir das contradições. Então é claro que as divergências entre eu e Heloneida são importantes, eu estou mais certo aqui, ela está mais certa ali. Na medida em que o inimigo principal é muito mais forte é nele que a gente tem que centrar fogo. Nas questões práticas concretas nós conseguimos nessa campanha fazer com que acontecesse o oposto das campanhas anteriores, acabamos muito mais unidos do que começamos. Eu acho que num bairro popular a diferença que há entre a minha proposta e a da Heloneida não foi absorvida, como aliás não foi, na minha opinião, a de nenhum dos candidatos populares. Porque as divergências que existem são mais entendidas a nível da intelectualidade. Para a massa do Borel eu tenho certeza que não deve ter ficado grande nitidez entre a minha posição e a da Heloneida. Agora por exemplo, um dirigente sindical com posições, eu acho que ele vê as diferenças. Pode ver até erradamente, mas ele vê. Mas em geral a massa não nota diferença nenhuma. O inimigo principal é tão mais forte e centramos corretamente fogo nele, então o que havia de concordância era muito maior do que havia de divergência.

P: Como vê o papel do deputado no parlamento e sua relação com as bases? Quais os limites da atividade parlamentar e quais as possibilidades?

H: Era colocado o tempo todo que o nosso papel não era substituir o povo, não era o deputado que ia fazer as coisas. Temos que ser na verdade o porta voz do povo organizado. É aquela história que nós organizamos o que aprendemos de maneira desorganizada com eles. Nós colocávamos a necessidade de que cada denúncia fosse gerada pelo debate do local e que utilizassem este debate como uma forma de fortalecer a organização local. Que o deputado teria fundamentalmente 3 funções: uma é utilizar o parlamento para fazer denúncia, caixa

de ressonância das questões populares e que estas denúncias fossem geradas no debate com o povo, em seus locais de trabalho e moradia, porque o fundamental não é nem a denúncia em si, mas o que você organiza a partir da geração da denúncia. Segunda função do parlamentar, que está ligada à primeira, é contribuir com sua prática para o fortalecimento da organização do povo. No trabalho do parlamentar com o bairro popular o importante não é fortalecer o parlamentar, o importante é fortalecer a organização do povo. Terceira função: apresentando leis, quer dizer como parlamentar propriamente dito. Essa terceira, infelizmente, eu acho que hoje é a menos importante pelo momento que a gente vive. Mas ela é um espaço que nós temos que ocupar, é importante que nós ocupemos esse espaço. A apresentação de um projeto de lei que interessa à população deve de novo ser discutida nas comunidades. Por que? Porque o fundamental é o fortalecimento da organização do povo.

P: Quais os mecanismos previstos no seu trabalho de base, para garantir a relação entre a sua atividade parlamentar e as atividades de organização popular?

R: Isso para mim é uma experiência nova que estamos fazendo. O que pretendemos, para sermos coerentes com tudo que estamos falando é criar formas "azeitadas" para fazer com que as questões do povo cheguem a nós e fazermos as denúncias, etc. É uma forma "azeitada" em que as nossas colocações, as nossas denúncias, cheguem também ao povo. É preciso ter um canal aí. Então o que nós estamos tentando dessa vez é o seguinte: nós montamos uma coordenação com cerca de 19 pessoas, no momento, que tem representante por bairro ou por setor profissional. Tem um representante do morro do Borel, do morro do Jacarezinho, Parque União, Irajá, um representante dos engenheiros, um representante da zona sul da cidade, jornalistas, professores, Vila Kennedy, Vila Aliança e assim vai, procurando cobrir com 19 representantes no momen

to. Onde a idéia é fazer com que sirva de canal entre o que está acontecendo no local e o parlamentar. Então a idéia qual é? Acontece um problema num desses bairros eles têm uma maneira rápida de chegar a nós. E ao mesmo tempo, na medida em que nós façamos a denúncia ou apresentemos um projeto, nós temos todo o interesse que isso seja o mais difundido no setor, para que inclusive fortaleça o trabalho local. Você vai no local, discute a denúncia que tem que ser feita com o povo a partir dali sai um discurso, você faz a denúncia, aquilo tem que ser um documento que volta e é distribuído, para que inclusive ele tenha o feedback do trabalho dele, porque na verdade nenhum órgão de imprensa vai cobrir absolutamente nada do que a gente quiser. A idéia é criar um instrumento para se poder ao mesmo tempo cobrir a cidade e alguns setores do Estado, do interior, em termos de ida e volta dos trabalhos. Temos mil dúvidas de como isso pode ser feito. Pode ser que daqui há dois meses eu esteja fazendo autocrítica dessa idéia inicial. Deixa a coisa começar a funcionar para ver como é.

H: Eu tenho também aquilo que eu chamo de meu Grupão, que ainda não está muito bem organizado, está assim meio caótico, e que é uma idéia semelhante a essa. Tem arquiteto, engenheiro, professor, escritor, tem gente do Borel, da Rocinha, que está se reunindo para discutir e trazer os problemas deles. Não tem sido muito fácil não. A coisa ainda não está bem consolidada. Mas a gente vai fazer esse negócio com um grupão.

P: As áreas operárias também estão representadas?

R: A gente resolveu optar pela divisão geográfica e não setorial. Não queremos ter uma prática sindicalista. Uma coisa que eu esqueci: essa coordenação, a gente pretende com ela também resolver o problema que eu tinha levantado antes, que é da excessiva setorialização das discussões. Que a gente não discuta com um pessoal de um bairro popular somente as questões do bairro, pois há uma tendência muito comum disso nos grupos cristãos. A gente tem que conseguir politizar a discussão. Tra

zer esse grupo e fazer uma discussão sobre a Amazônia é da maior importância, porque é uma questão da política geral. Como discutir também uma questão mais geral, do próprio arrocho salarial ou dos transportes, mas olhado globalmente, não o fato de que na Vila Kennedy tem uma linha monopolista e que por isso está acontecendo o problema. Na medida em que você junta, você muda a qualidade da discussão política. Também é uma tentativa.

P: Até que ponto as candidaturas de vocês puderam atingir áreas rurais, inclusive se havia essa intenção, ou se foi deixado de lado?

R: Na minha opinião considero um dos pontos mais fracos não só na nossa proposta como na nossa formulação. Eu considero que a nossa formulação sobre a questão rural é muito ineficiente. Eu inclusive conheço pouco, então ela representa o nosso conhecimento. Fizemos algumas tentativas. Por exemplo, um trabalho na área de Parati que é uma área de posseiros. Eu tive uma discussão com o pessoal da área mas nós não tivemos histórico político para desenvolver um trabalho na região. Estive em Campos discutindo com os sindicatos rurais, mas é um trabalho profundamente insuficiente e embrionário, não tem nada de concreto para apresentar. Em termos de campo para mim existe um grande buraco nas nossas formulações e na nossa prática, a ser preenchido com as contribuições que vierem. Estamos insuficientes nessa questão.

P: Duas questões: - como vocês se colocaram na campanha e como se pretendem colocar agora enquanto deputados frente a questão central dos sindicatos? E como vocês vêem o contato direto que houve intensamente durante a campanha que será qualitativamente diferente agora e se vocês esperam mantê-lo.

H: A gente não deve perder de vista que o sindicato veio dentro de toda aquela legislação fascista. Então, o sindicato é muito preservado pela burocracia. O sindicato, como tal, não pode se comprometer com nenhum candidato e não pode fazer campanha de ninguém. E eu vi isso muito de perto, pois fui presidente de sindicato até 69. As pessoas que hoje estão no sindicato, que são meus amigos, que têm formulação política parecida, trataram de preservar o órgão, porque existem mil leis, quatrocentas mil portarias, que proibem não só os sindicatos de se juntarem uns com os outros para se fortalecerem numa central sindical, como há uma preocupação muito grande que os sindicatos cuidem apenas de problemas da categoria e de aumentos salariais, segundo os métodos que o governo quer. Então, o que foi feito foi através de pessoas sindicalizadas ou pessoas dirigentes afastadas do sindicato, que trabalham pelas nossas candidaturas, naturalmente com o prestígio que têm, porque são líderes, conhecem as suas comunidades, suas categorias e foram aos locais de trabalho pedindo votos para nós, mas sempre dizendo que não estavam falando como dirigentes do sindicato, porque não podem.

P: A segunda parte da pergunta é sobre o contato direto que vocês tiveram durante a campanha com as bases. Como vocês vêem a transformação disso agora depois de eleitos, enquanto deputados. É óbvio que vocês não estão se afastando agora.

H: Pelo contrário, acho que agora nosso trabalho se acentuou, até porque a confiança deles aumentou muito, pelo fato da gente ter sido eleito. Depois que fomos eleitos, a solicitação deles por nós tem sido muito maior, porque inclusive estão aparecendo mil problemas, todos esses dramas que estão por aí agora, as chuvaradas etc. É onde o Raymundo colocou, e eu quero colocar também que é sempre preciso ligar o problema deles - por exemplo, do morro da Formiga, que está sendo gravemente prejudicado por essas chuvas, o problema da interdição

de barracos - ligar isso tudo aos problemas mais amplos da nação como a exploração estrangeira da Amazônia, etc. Aí aproveitá-se para levá-los a um debate mais geral, para mostrar que quem paga, no final, são eles.

R: A questão sindical que você colocou, eu acho que a gente também vai ter que deslocar nossa prática. Vamos ter que vencer uma certa resistência que existe à ação do deputado, resistência natural, pelos pelegos, pelos deputados eleitores. Vou dar um exemplo. Agora na questão dos motoristas eu fui lá, uma questão do povo, eu estou interessado, fui acompanhar o que estava acontecendo. Mas fui com os 2 pés atrás para inclusive não servir de instrumento aos inimigos dos trabalhadores que podiam utilizar aquilo contra eles, pois como a Heloneida colocou, a legislação sindical é uma legislação que restringe a atuação política, partidária, etc. Aí fui reconhecido e eles começaram a exigir que eu falasse. Fiz uma colocação de solidariedade. Também não opinei se tinham que entrar em greve, manter a greve ou não, isso é questão deles, eles é que vão decidir. Eu opinei em termos gerais do arrocho salarial, da importância do sindicato estar forte, da representatividade, do apoio da população, coloquei em termos bem gerais. O que deve ser feito é arrumar uma forma de estreitar o nosso contato com essas organizações. É uma coisa que a meu ver esses 15 anos serviram para afastar.

H: E tirar as desconfianças, porque muitos líderes sindicais têm desconfiança.

R: Isso tudo implica que a gente tenha uma prática ligada a essas instituições. Como, exatamente, também tenho minhas dúvidas. Nós estamos no processo de nos aproximar delas, inclusive trocando experiências. Eu tenho visitado os sindicatos. Fui ao Sindicato de Bebidas outro dia para conversar com o dirigente sindical, entender quais são os problemas. Ele me colocou uma porção de questões relativas à insalubridade que eles estão enfrentando hoje. Discutimos sobre isso, como poderíamos fazer

uma denúncia. Procurar dar essas formas de aproximação. Sobre a questão da volta aos bairros, o que temos feito é o seguinte: o que aconteceu é que imediatamente começou a volta aos bairros, o que fortaleceu demais a nossa posição. Aconteceu comigo em dois lugares diferentes exatamente o mesmo episódio, a mesma frase. Um velho bastante sentido dizendo para mim "eu voto desde 45 e é a primeira vez que eu vi isso". A mesma frase em dois lugares completamente diferentes. Desde 45 que ele não tinha visto aquilo, que é o cara chegar e dizer como é a minha prática "olha, estou aqui, fui eleito; e agora o caso é o seguinte: eu não entendo dos problemas de vocês, entendo superficialmente, quem entende são vocês, então nós temos que ter uma forma organizada de discutir os problemas para vocês poderem me ajudar a ser o deputado que a gente está esperando". Esse tipo de volta aos bairros está fortalecendo enormemente a gente, porque a maioria absoluta não faz uma coisa dessa. E a outra coisa que nós estamos fazendo - Heloneida e eu em especial - é tentar montar um grupo de apoio técnico aos nossos trabalhos. Por exemplo, na área médica tem muito médico que nos apoiou, então a idéia da gente é conseguir montar um grupo de apoio de médico, para apoiar nossas práticas. A idéia qual é? Se eu for fazer um discurso de denúncia da rede hospitalar do Estado, da situação de saúde do Estado, eu vou dizer o que? Que com aumento do arrocho, com a queda do salário mínimo aumenta a mortalidade infantil. Vou ficar em generalidades, pois eu não entendo do assunto. Eu acho que nós podemos ir mais longe desde que haja um grupo de médicos empenhados em ajudar a fazer a crítica à rede hospitalar do Estado. Cada denúncia deve ser seguida de um projeto alternativo. Isto também deve ficar com eles, não sou eu que vou fazer isso. Posso ajudar a discutir o conteúdo político da denúncia, mas a parte técnica, onde os hospitais estão, eles entendem muito mais do que a gente. E devemos procurar fazer isso em termos de frente para fortalecer o nosso trabalho conjunto. Na medida em que isso seja efetivado provavelmente vai ferir muitos interesses. Então é capaz de um projeto desse ser considerado inconstitucional, mas isso é a segunda questão. Quer dizer,

ele serve para mobilizar o setor, conscientizá-lo na medida em que se discuta isso nos bairros, nas associações de moradores. Se for aprovado o projeto, melhor, se não for, já foi um crescimento político e de organização muito importante. Nós estamos engatinhando nesse tipo de trabalho. É uma prática nova e tem muita gente querendo ajudar. Muita gente que não via como ajudar politicamente passa a ter agora canais de atuação política. E isso a meu ver é um grande mérito das campanhas eleitorais. É trazer para a luta política muitas pessoas que tinham se desiludido ou que achavam que não tinham nível político para contribuir.

P: Como vocês vêem a relação entre Partido, Diretório e Organizações de Base? E quais as vantagens e desvantagens da reorganização partidária para os trabalhos de base?

R: Isso aqui é um assunto que nós dois temos discutido bastante. O que eu vou colocar aqui é quase consensual porque temos discutido muito. Eu considero que o regime hoje viu que o bipartidarismo não serve mais para ele. Esse bipartidarismo criado depois do AI 2, quando acabaram com os partidos tradicionais, fecharam o PTB, UND, PSB, cassaram as lideranças mais combativas, esse bipartidarismo criado artificialmente na verdade procurava desfigurar o que havia de oposição. Tanto que se dizia: foi criado o MDB e a Arena; um é o partido do sim e outro é o do sim senhor. A partir de 74 principalmente, o povo começa maciçamente a votar no MDB como protesto. E a partir daí a eleição tomou um caráter de plebiscito e agora o bipartidarismo já não está servindo mais. Hoje quem mais puxa a reformulação partidária é o regime, querendo exatamente quebrar esse caráter plebiscitário que está aí, quebrando o MDB que é o que eles pretendem. E hoje se esses caras falam da reformulação partidária, abertura de novos partidos, não é por nenhuma veleidade democrática. Dividir o MDB é a visão, a meu ver do Golbery. Como? Criando um PTB à direita, o mais populista e tradicional possível, o mais de cima para baixo possível e

criando dependendo do caso, acho que estão abertos para isso, um partido Socialista de intelectuais desvinculado da massa. Isso é o ideal do Golbery: um PS desvinculado da massa, um PTB tradicional e populista, um Partido de centro direita, um de centro esquerda. Quanto a isso a nossa resposta está sendo a seguinte: a última eleição mostrou o fortalecimento de setores populares dentro do MDB. Os autênticos mais do que dobraram a sua representação a nível nacional. E os setores mais moderados se enfraqueceram dentro do Partido. Não é por acaso, que se ofereceu a secretaria geral para o Jarbas Vasconcelos. Isto foi uma tentativa de manter o MDB coeso, reconhecendo o desequilíbrio interno e o fortalecimento dos autênticos mais combativos. A nossa posição está sendo lutar para fortalecer esses setores. Os 18 milhões de votos que o MDB teve foram votos fundamentalmente dados aos setores combativos, que foram os que mais cresceram. Não vamos abdicar do direito dessa sigla ser do povo, não vamos entregar na bandeja a sigla do MDB para os setores moderados do partido. Vamos lutar para que essa sigla seja realmente dos autênticos representando o povo, dos setores mais combativos. Então nossa luta hoje é para fortalecer os setores populares dentro do MDB e abrir o partido. O partido hoje é um partido fechado, é um partido que só existe na verdade de 4 em 4 anos. Na verdade os diretórios deveriam ser centros de debates das questões locais e das nacionais. Quando nós formos discutir os problemas de Bangu, o diretório do MDB de Bangu deverá ter um papel grande nas discussões daquelas questões. E quando nós formos discutir a questão da Amazônia que os diretórios do MDB participem desse debate. Então a nossa luta hoje é pela democratização do partido, abertura dos diretórios, fortalecimento dos setores populares lá dentro. E sobre isso a grande imprensa não diz uma linha. A grande imprensa fala no PTB, PS, exalta o Partido dos Trabalhadores, divulga ao máximo a posição do Brizola e não dá uma linha sobre a democratização do MDB, que a meu ver é a grande questão com a abertura dos diretórios. Então em termos gerais é isso: lutar pelo fortalecimento dos setores populares dentro

do MDB e a abertura dos partidos. Eu vejo um grande papel a ser desempenhado pelos diretórios locais do MDB assumindo as lutas locais e nacionais. Eu acho que é por aí que a gente deve puxar hoje a questão partidária.

H: O MDB foi um partido espúrio que nasceu no colo deste regime. É tão filho dele como a Arena, mas ele foi se depurando na fé e na luta. Eu vi um negócio impressionante: havia locais, havia Zonas, em que havia 100 votos na legenda. Quer dizer, pessoas que não conheciam Raymundo, não conheciam Heloneida, não conheciam Eudes, não conheciam Alves de Brito, votaram no MDB e esse voto era um voto de protesto por tudo o que está aí. E eu acredito que essas pessoas que votaram simplesmente na legenda do MDB, votaram na oposição esperando que o MDB fosse um partido de verdadeiras posições. Então, o MDB saiu legitimado - era bastardo e saiu legitimado. Acho que a gente tem que fortalecer e democratizar o MDB. Não vai ser fácil, porque os diretórios estão fechados, com endereços ignorados e não sabidos. A coisa mais difícil é se colocar as pessoas que querem ingressar no MDB dentro dele, que devia ser um partido dos operários, dos estudantes, de todas as forças populares. É difícil, mas vamos topar essa luta. Nós não vamos querer um partido Socialista que vai caber dentro de uma Kombi. O antigo PS cabia dentro de uma Kombi. O PTB foi um partido que viveu fundamentalmente de soluções de carimbos que realmente não tinha, e como mostrou não teve, pressão das bases. Então eu acredito que esses líderes, na medida em que forem autênticos, virão fortalecer um partido de oposição, popularizado e aberto, como a gente quer. Se eles não vierem fortalecer o MDB, partindo para esse divisionismo de fundar outros partidos, estarão servindo a isso que está aí. E eu digo para vocês, que a impressão de conversas que tenho tido é que essa é a grande esperança do regime. Eles têm muita esperança de que o personalismo, o iluminismo vença o patriotismo e o espírito democrático e que esses homens organizem partidos que irão fraturar a nossa unidade em torno da verdadeira oposição. Eu sou pela preservação do MDB e pela abertura dos diretórios,

para que o MDB viva. Porque são as células do MDB, os diretórios, que podem dar vida a essa MDB esclerosado de hoje.

R: A dificuldade para abrir esses partidos é enorme. Outro dia fui a uma reunião em Bangu, com uns 20 operários que fizeram minha campanha lá, não são realmente pessoas no nível de massa, são um pouco esclarecidos diante da média dos eleitores de Bangu. Mas quando eu coloquei para eles a perspectiva de abrir os diretórios, de que os diretórios deveriam ficar discutindo as questões locais e nacionais, que devemos nos filiar ao partido para que numa próxima eleição em vez de escolher numa lista os candidatos a gente participasse dos debates de quais seriam os candidatos que a gente gostaria de indicar, o que eles me disseram foi o seguinte: "Como? Eu posso me filiar ao MDB?". Essa possibilidade não é admitida, e eles não sabem dessa possibilidade. "Diretório do MDB em Bangu? Eu moro aqui há 40 anos e nunca ouvi falar em diretório do MDB". E quando eu coloquei, eles se entusiasmaram com a idéia e queriam as fichas. Então eu acho que é por aí. Embora seja muito difícil, não podemos ter uma prática capitulacionista. O que eu estou sentindo em certos setores aí é uma prática capitulacionista, "não, não dá, é impossível, Chagas não vai permitir". Não podemos capitular, inclusive porque a luta pela abertura dos diretórios se a gente levar isso maciçamente vai ser um grande instrumento para denunciar o atraso dentro do MDB. A gente não denuncia a prática atrasada desses setores aí do MDB de boca, intelectualmente tomando uísque, vai ter que denunciar com a prática concreta. Então a nossa proposta é fazer no meio do mês que vem um encontro, é um encontro de abertura do partido. É um encontro estadual onde realmente tem que participar todo mundo do MDB, um encontro aberto, de filiação de todos esses cassados que estão voltando. Deve ser um grande encontro democrático de abertura do MDB e desse encontro participa quem quiser. O povo deve saber que existe um partido, saber que existe um diretório que está fechado, que o povo não sabe disso. E a gente

fica aqui teorizando que o Chagas Freitas fechou o diretório. Tem que mostrar isto na prática. Agora é fácil? É difícil pra chuchu. Estou convencido que a luta para formação dessa unidade, do fortalecimento dos setores populares, é fundamental para conduzir as lutas do povo. Não está na hora ainda - como diz o Ulisses Guimarães em seu discurso do dia 1º de fevereiro lá em Brasília, belíssimo discurso por sinal - quer dizer, não está na hora ainda da gente se dividir em termos de diferentes partidos estanquizados enquanto que o inimigo fundamentalmente está aí unido, está forte. Eu sou pela liberdade de organização partidária, pela formação de múltiplos partidos, mas o momento eu acho que é um momento de unidade para derrotar o inimigo principal que é o regime militar implantado em 64.

P: Heloneida falou em luta para que os caciques nos abram as portas. Com relação a essa abertura dos diretórios, qual é efetivamente o poder de decisão que esses caciques têm com relação a essa questão? Quais os meios que eles dispõem para impedir essa abertura?

H: Eles têm toda uma série de impedimentos. Os diretórios não têm endereços, não têm sedes, não há fichas, eles sonegam as fichas. Houve o famoso episódio da anulação das 30 mil fichas. Em 1976 os operários e estudantes, conseguiram filiar 30 mil pessoas, cuja filiação eles anularam. Conseguiram que a magistratura desse uma sentença, pois a lei também é feita por eles de uma certa maneira.

R: A questão é muito mais política do que jurídica. Porque juridicamente você para conseguir se filiar é preciso que um cara da direção da Zona onde você está se filiando assine, endosse e encaminhe ao Juiz. Ele pode simplesmente não fazer isso. Teoricamente ele tem 3 dias para fixar a ficha no diretório e depois de 3 dias se não der impugnação ele tem que encaminhar ao Juiz. Mas ele ao não fazer isso você não tem grandes instrumentos. Ne

nhum de nós acredita que o Juiz eleitoral vá assumir a defesa de democratização, pelo contrário. Eu acho que não passa por aí. Eu acho que passa muito mais em não se ter uma posição capitulacionista, considerar a priori a guerra perdida, e segundo, entender que a gente tem que denunciar isso é na prática. Vamos lutar para abrir o diretório. Ou a gente abre ou a denúncia desse setor vai ficar feita no meio do povo que não sabe que o diretório existe.

P: Existe o trabalho político a nível de diretório. Tem as associações de bairros e outras organizações. Como se dá os diferentes níveis de atuação. Já existem experiências concretas?

R: Não temos experiências concretas. Eu acho que um diretório aberto vai ser um grande instrumento político inclusive para fortalecer as associações de bairro. Porque o diretório na medida em que esteja aberto, participando do processo político, ele tem uma característica bem diferente da associação de bairro que tende a ser aquela que discute as questões específicas do local. É difícil você imaginar as associações de bairro discutindo a questão da Amazônia-insistindo mais uma vez no grande escândalo nacional que está se dando sob nossas vistas hoje que é a entrega da Amazonia aí nos contratos de riscos. Então, quer dizer, uma discussão como essa dificilmente vai ser feita amplamente nas comunidades de bases, nas associações de moradores. Então a meu ver o diretório do MDB, será, na medida em que ele se abra, será um grande instrumento no sentido de você levar as questões políticas mais gerais. Eu acho altamente positivo, eu vejo que quem deve temer isso são os inimigos do povo, os que querem manter os partidos, os que têm medo da participação popular. Eu acho que é uma participação popular de outro nível, é uma grande luta da maior importância. É claro que hoje os partidos são mistificações, não existem, são instrumentos de engodo. Nós temos que transformá-los de instrumentos de engodo num instrumento de luta.

João Luís van Tilburg

Alguns anos atrás, sistematizando a nossa experiência, constatamos que a FASE tem condições de produzir audiovisuais, cartilhas, etc. que poderiam ser úteis também para grupos de educação popular que não pertencem ao quadro da instituição.

Foi assim: algumas equipes da FASE estavam atuando em periferias de grande cidades. Estavam discutindo com operários a Legislação Trabalhista. Surgiu então a idéia de produzir com a participação direta de grupos de operários, conjuntos de slides sobre a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. E assim foi feito.

Uma vez pronta esta produção, este audiovisual foi solicitado por um grande número de entidades e grupos que atuam no meio operário.

Embora tivéssemos cometido alguns erros, achamos que podemos afirmar que a participação de grupos de operários foi positiva. Começamos então a produzir conjuntos de slides sobre a problemática rural: sindicato rural, posse da terra, produção e comercialização dos produtos e assalariados rurais. Estes conjuntos de slides deverão ficar prontos no mês de abril do ano que vem. Grupos de lavradores estão participando da produção destes recursos audiovisuais, e tudo indica que também neste processo de produção estamos acertando. Já temos quatro livrinhos que são o resultado das discussões com estes grupos de lavradores. Estes livrinhos tratam de questões relativas ao sindicato, ao assalariado rural e aos temas "Produção" e "Comercialização".

Há de ficar claro que o conteúdo destes quatro livrinhos reproduzem as opiniões de lavradores em relação a um determinado tema. O que nós fizemos foi ordenar estas opiniões. Procuramos reproduzir a linguagem deles, o que foi possível pelo fato de que tínhamos gravado as discussões.

Também já produzimos, em fita-cassete, dois depoimentos de lavradores sobre o tema "Posse da Terra". Procedemos da seguinte maneira: numa reunião com lavradores gravamos estes depoimentos. Em seguida transcrevemos no papel e ordenamos os fatos cronologicamente. Isto foi necessário porque enquanto o lavrador estava relatando sua experiência, se lembrava de fatos que tinham ocorrido antes, ou companheiros presentes lhe lembravam estes fatos. O terceiro passo consistiu em gravar estes depoimentos outra vez. Contudo, devido a algumas particularidades regionais da língua Portuguesa (ou seja o dialeto) e a implicações técnicas, esta segunda gravação foi feita por um ator. Consultamos, porém, os lavradores que deram este depoimento, e depois de terem escutado a fita, deram uma introdução a seu próprio depoimento.

Todo este material que nós, da FASE, produzimos, já foi utilizado. Conforme orientadores de grupos, o material é bastante útil para agrupar operários ou lavradores para discutir seus problemas.

Isto se deve ao fato, parece-nos, de que o conteúdo destes recursos não é algo acabado. Os conjuntos de slides sobre a CLT reproduzem opiniões de operários em relação à legislação trabalhista, mesmo os pontos de vista ao nosso entender equivocados. Esta mesma afirmação vale para os livrinhos e para os depoimentos em fita-cassete.

Em seguida faremos uma relação do material já produzido:

- livrinhos sobre problemas do médio e pequeno lavrador e dos as salariados rurais

- . são quatro livrinhos sobre os temas "Produção", depoimentos de lavradores que usam tratores, ceifadeiras etc.; "Comercialização" que aborda o problema do Cooperativismo, "Sindicato" com opiniões de lavradores sobre a função do sindicato; e "As salariado Rural" que reproduz pontos de vista de lavradores que trabalham na base de empreitada.

- fitas-cassete com depoimentos de lavradores sobre a posse da terra

. são dois depoimentos que se complementam, relatam como grupos de lavradores procuram seus direitos para a legalização das suas posses.

No que diz respeito à reprodução de depoimentos de lavradores em fitas-cassete, estamos entrevistando outros lavradores sobre outros temas tais como cooperativismo e sindicato rural. Caso o leitor esteja interessado neste tipo de recurso, nada impede nos sugerir outros temas ou mesmo nos enviar depoimentos já feitos.

Obs:

As equipes ou pessoas que estiverem interessadas no material acima discriminado escrevam para FASE, para maiores informações.

AGRICULTURA BRASILEIRA, AGENDA PARA O AMANHÃ

José Francisco da Silva

No dia 16/01/79 o Banco do Brasil promoveu um congresso sobre a "Agricultura Emergente: seu contexto político institucional". Apresentamos aqui uma síntese do depoimento do presidente da CONTAG, Sr. José Francisco da Silva, que participou do debate sobre "Agricultura Brasileira, Agenda para o amanhã".*

**CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura*

Preocupa-nos bastante essa idéia de um desenvolvimento da agricultura em si ou a "prioridade à Agricultura", mencionada pelo futuro Presidente. A que nos referimos quando falamos dessa "Agricultura": à Agricultura de exportação ou à Agricultura voltada para o mercado interno? A quem nos referimos quando falamos de "Agricultura": ao grande fazendeiro ou ao assalariado agrícola? Ao latifúndio ou ao pequeno parceiro ou pequeno arrendatário? às grandes empresas que estão adquirindo terras com fins especulativos ou aos pequenos proprietários que trabalham com suas próprias famílias?

A experiência histórica nos ensina que, cada vez, neste País, que se fala da Agricultura ou da Lavoura, são os interesses dos grandes proprietários ligados à Agricultura de exportação que estão em pauta. Desde pelo menos 1930 que há uma corrente de pensamento que insiste em atribuir os problemas brasileiros à perda de peso da "Agricultura" nas decisões políticas nacionais. Mas onde ficam, nisso tudo, os trabalhadores rurais, que nunca tiveram poder político?

É possível que há cinquenta anos atrás fizesse sentido os governantes falarem da Agricultura como um todo. Quatro séculos de submissão inibiam a organização autônoma dos trabalhadores rurais. Hoje, a situação é diferente. Não que os trabalhadores rurais tenham tido seus principais problemas resolvidos. Mas eles conseguiram, a duras penas, organizar-se nos seus sindicatos e dispensam que falem em seu lugar. Ora, para os trabalhadores rurais o problema não é apenas a Agricultura reaver o prestígio que perdeu ou os capitais que lhe foram drenados pela política de industrialização. Não somos contra que se busque um maior equilíbrio nas relações entre a Agricultura e a Indústria. Para nós entretanto, o problema fundamental é o da redistribuição do bolo dentro do setor agrícola.

A principal característica de nossa estrutura agrária continua sendo um elevado índice de concentração da propriedade da terra. Constatamos que, no Brasil, 72% dos imóveis rurais são minifúndios que ocupam apenas 12% da área cadastrada, enquanto que 72% das terras são ocupadas pelos latifúndios.

Face ao baixo índice de utilização das terras nos latifúndios, os minifúndios, participando com apenas 12% da área, transformam-se em reduto obrigatório de cerca de 50% da força de trabalho rural.

Porém, apesar disso, são os pequenos proprietários minifundistas, juntamente com os parceiros, arrendatários e posseiros, responsáveis por 40% do valor da produção agrícola e pecuária, participando com apenas 20% da área total explorada.

Nos imóveis em que a área torna-se insuficiente para assegurar a ocupação da mão-de-obra familiar, advém o subemprego ou a necessidade de assalariamento a fim de complementar a renda familiar e garantir a subsistência. É precisamente nisto que reside o problema do minifúndio, pois, nas condições predominantes, devido à falta de terra no imóvel para ocupação plena da família, e face à inexistência de oportunidades de trabalho, aumenta o subemprego e o desemprego. Por outro lado, como as grandes propriedades monopolizam e controlam a oferta de terras, a situação dos minifundistas, posseiros, parceiros, arrendatários e assalariados é a mais desfavorável, pois, para conseguirem algum trabalho, devem submeter a todas as exigências que os grandes proprietários lhes impõem.

O apoio dado à criação de gado e a certas culturas de exportação, que utilizam pouca mão-de-obra, acentuou na última década a tendência, que já vinha de mais tempo, dos grandes proprietários expulsarem seus trabalhadores permanentes e evitarem certas formas de parceria e arrendamento, em proveito da utilização da mão-de-obra volante. Por outro lado, a falta de apoio de que necessita a pequena produção tem feito com que também muitos pequenos proprietários abandonem as terras em que trabalham, procurando as cidades ou deslocando-se para a fronteira agrícola.

Com a terra concentrada nas mãos de poucos; com um contingente de trabalhadores sem emprego estável cada vez maior, aumentando a competição no mercado de trabalho; com uma política de contenção salarial a inibir a conquista de certas vantagens numas poucas áreas onde isso seria viável; os assalariados do campo - permanentes e temporários - têm sua remuneração constantemente pressionada para baixo, sendo difícil mesmo atingirem o teto já extremamente precário do salário mínimo legal.

A política agrícola posta em prática pelos últimos Governos tem acentuado as tendências concentracionistas de nossa estrutura a grária. Tomemos como exemplo a política creditícia. O fornecimento de crédito está voltado para as grandes propriedades. Segundo dados do Banco do Brasil, os pequenos agricultores que, em 1966, participaram com 34% do valor dos créditos agrícolas concedidos, reduziram esta participação para 11% do valor dos financiamentos em 1976. No mesmo período, os grandes produtores, cuja participação era de 20% em 1966, tiveram sua participação aumentada para 53% do valor dos financiamentos agrícolas. Acrescenta-se que os financiamentos para a pecuária apresentaram esta mesma tendência.

A superação de todos os obstáculos que apontamos exige, primeiramente, uma reorientação do desenvolvimento e de toda a Política Agrícola e Agrária, de modo a satisfazer as necessidades básicas e essenciais da maioria da população rural, como também urbana, através de uma estratégia de pleno emprego, distribuição de renda e ampliação do mercado interno.

Defendemos, pois, a REFORMA AGRÁRIA como a grande medida que transformará o panorama agrário nacional. A redistribuição ampla e massiva da propriedade da terra é o ponto principal dessa reforma.

O Estatuto da Terra e a legislação complementar oferecem a instrumentação legal necessária para que se proceda à realização da Reforma Agrária. Falta apenas decisão política.

Já contamos com o órgão executor da Reforma Agrária - o INCRA. Vimos, no entanto, que apesar de estudos, avaliações, mudanças de diretorias e de siglas, vem o INCRA sofrendo contínuos desgastes em seu campo de atuação. Isso decorre de uma maximização de competência (executar a Reforma Agrária) em confronto com uma minimização de poder decisório (Autarquia do Ministério da Agricultura). Por força de sua própria atribuição, o INCRA deve, a nosso ver, - estar ligado diretamente à Presidência da República, o que tornará menos complexo o seu funcionamento e mais forte seu poder de atuação e decisão, com orçamento próprio, a exemplo do que fora na fase da criação do IBRA, em 1965.

É necessário também a definição de metas concretas e critérios de aferição do processo, através do número de famílias efetivamente assentadas.

Questionamos a política voltada para a "grande empresa rural", através de créditos e incentivos. Esta política não produz realmente melhorias sociais e apenas está favorecendo o latifúndio, a especulação fundiária, a concentração da terra, a expulsão de posseiros, a marginalização dos trabalhadores, etc.

Como complemento à Reforma Agrária, devemos implementar uma Política Agrícola compatível com um modelo de distribuição da renda.

A Política de Crédito Rural deve ser reformulada para que o crédito se transforme em instrumento desconcentrador da renda. Isto só será possível na medida em que venha a atingir o maior número de agricultores que não disponham de capital próprio. Para tanto, as operações deverão ser simplificadas, reduzida a burocracia, as exigências de garantias limitarem-se ao indispensável, e os produtos básicos de alimentação e mercado interno fortemente sustentados.

Os serviços de pesquisa e assistência técnica deveriam, também, passar por profunda reformulação. Ao invés de tentarem transplantar para nossas condições as técnicas agrícolas predominantes nos países super-desenvolvidos, deveríamos desenvolver uma tecnologia própria, baseada em nossos próprios recursos, partindo das necessidades apresentadas pelos próprios agricultores.

Mas, para isso, é preciso o apoio oficial que tenha em vista o desenvolvimento e fortalecimento dos pequenos agricultores, tanto no que diz respeito à difusão de um outro tipo de tecnologia mais condizente com a realidade dos pequenos agricultores, quanto na segurança da comercialização da produção a preços compensadores.

É evidente a necessidade, no campo trabalhista, de aperfeiçoar-se a legislação sindical, revendo a lei de greve e outros aspectos já mencionados, para que o Sindicato possa desenvolver com mais vigor e autonomia o seu papel reivindicatório e promover uma participação mais livre dos trabalhadores na vida sindical.

Urge que se adotem medidas para a recomposição dos salários, especialmente do salário-mínimo, nos termos do inciso I do art. 165 da Constituição Federal, que conceitua o salário-mínimo como sendo aquele capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família.

Finalmente, queremos manifestar nossa convicção de que, para a construção de um novo tipo de Política Agrária e Agrícola, como de resto de desenvolvimento, que tenham como objetivo principal a distribuição equitativa dos frutos do progresso, como meio de garantir os direitos fundamentais da pessoa humana, tradução inequívoca da Justiça Social, será necessário, neste contexto, plena participação de todas as forças vivas da Nação.

DE ONDE PARTIMOS

Antecedentes A definição da equipe por trabalhar em zona rural foi precedida pelo insucesso da atuação na zona urbana. Já na área rural antes da fase do "Projeto Agrícola", a equipe havia utilizado o "Projeto de Saúde" - que consistia no fornecimento de filtros e construção de fossas pela comunidade, através dos recursos de um fundo rotativo concedido aos grupos pela Instituição. Os critérios que a equipe utilizava para se estabelecer numa determinada área eram 3: 1) ser convidada; 2) existir na comunidade alguma experiência anterior de grupalização; e 3) a população local ser constituída por pequenos agricultores. A elaboração do Projeto Agrícola obedeceu ao figurino: foi estabelecido quanto seria destinado a cada grupo e marcado um treinamento agrícola para cada um. Durante o treinamento é que seria determinado o "para quem" e "para que" do financiamento.

O Projeto Agrícola No início de 1975, o trabalho de educação de base implantado ainda tinha por objetivo "conseguir uma melhoria da situação econômica das pessoas (agricultores), a partir da introdução de novas técnicas produtivas, tendo por base, um Projeto Agrícola. Este consistia em fornecer aos grupos ou sub-grupos um financiamento, que deveria retornar à Instituição com um acréscimo que variava de 5 a 15%, dentro de um certo prazo". Não havia uma determinação específica para aplicação do financiamento, mas geralmente ele era destinado à compra de sementes, fertilizantes e implementos agrícolas. Quan

to à quantia a receber, não havia determinação prévia nem por parte da Instituição nem dos grupos, mas as pessoas a serem beneficiadas é que determinavam, segundo o critério estabelecido por elas mesmas: "eu só quero uma quantia que minhas posses dê pra garantir". O trabalho abrangia 4 municípios da área: 3 deles com um grupo cada e um outro com 2 grupos. Com exceção deste último, não havia processo sistemático de articulação entre os grupos, nem tão pouco destes com outros movimentos atuantes na área. O Projeto Agrícola estava implantado nos 5 grupos e o trabalho da equipe (técnicos da Instituição) era desenvolvido através de reuniões, visitas e treinamentos.

O "trabalho educativo"

Em março(75), quando a equipe se reuniu para elaborar o plano anual de trabalho, teve início um processo de AVALIAÇÃO E QUESTIONAMENTO a partir da constatação de alguns "furos". O primeiro que se viu foi uma espécie de divergência entre o Projeto Agrícola e as atividades de Animação Comunitária. De fato, os grupos vinham desenvolvendo atividades de ajuda mútua como: limpeza de barreiras, recuperação de estradas, campanhas de vacinação e construção de fossas - e já havia até alguma coisa encaminhada quanto a contatos com o Sindicato e a Cooperativa. Mas esse trabalho era colocado em segundo plano, porque a equipe dava prioridade ao Projeto Agrícola - a justificativa que os técnicos apresentavam era "por conta da época invernososa", daí que as atividades comunitárias deviam ficar para a época do verão (quando havia menos atividades do Projeto Agrícola). Por conta disso, na prática verificava-se uma separação entre "técnicos agrícolas" e "educadores": aqueles realizavam o trabalho de extensão rural e para estes ficava a animação comunitária. Assim, o conjunto do trabalho era naturalmente de um cunho assistencialista no seu estágio mais avançado e paternalista no resto. O que em boa parte se explica pela falta de uma visão de conjunto na equipe, explicitada num objetivo mais abrangente que colocasse o sentido do trabalho para além de uma mudança parcial no sistema de sobrevivência de alguns agricultores.

Os "furos" Dessa forma, iniciou-se um processo de avaliação a partir da prática do Projeto Agrícola, com acompanhamento de uma pessoa da equipe nacional da instituição enviada em resposta à nossa solicitação de assessoria. Aos poucos essa avaliação foi revelando os "furos" no trabalho da equipe:

- ausência de critérios definidos para contratação de técnicos (por isso também, a falta de estabilidade da equipe, um "entra e sai gente" quase constante);
- falta de preocupação em melhorar a qualidade do trabalho da equipe com um maior embasamento teórico e sistematização da prática;
- falta de preocupação quanto ao desenvolvimento de uma consciência crítica mais global dos agricultores participantes dos grupos;
- falta de perspectiva para a autonomia - econômica e política - dos grupos, revelada pela ausência total de participação dos agricultores na condução dos trabalhos, e também pelo não surgimento de novas lideranças;
- subestimação da experiência acumulada dos grupos atingidos;
- ausência completa de objetivos mais abrangentes de natureza social, visando envolver não só alguns agricultores mas a comunidade como um todo.

Quanto aos grupos, o reflexo de um trabalho dessa natureza era a ausência de preocupação por formas de organização mais próprias e eficientes na defesa de seus direitos e reais interesses - enquanto que, por outro lado, havia demasiada confiança depositada nas propostas apresentadas pela equipe. Daí o caráter assistencialista e paternalista do trabalho que, como sempre acontece, levou em geral à repetição - quando não à estagnação - das atividades.

O ponto fundamental dessa avaliação foi a constatação de indefinição quanto aos objetivos, implicando inclusive na utilização inadequada dos instrumentos e no encaminhamento equivocado das atividades. Foi a partir também da entrada de novos elementos para a equipe (e saída de outros) que esse tipo de questionamento começou a ser levantado. Assim, foi possível chegar a um certo consen

so, concretizado primeiro na decisão de levantar e analisar, desde o início, a prática de utilização do instrumento "Projeto Agrícola" - e, a partir daí, a equipe tentaria colocar novas perspectivas para o trabalho.

A DEFINIÇÃO DE UMA PROPOSTA DE TRABALHO

A equipe O ponto de partida para um trabalho de intervenção social é a EQUIPE. Isso não quer dizer que sejam subestimadas as experiências acumuladas pela população que se quer atingir - bem ao contrário, essa "experiência acumulada" é um referencial da maior importância. No entanto, sabemos que na experiência popular há forte dose de empirismo e espontaneísmo, além do fato de que a ideologia dominante está - em maior ou menor medida - introjetada na visão e no comportamento populares. O povo ensina, é claro, mas também quer, e precisa aprender, para ir além do empirismo e espontaneísmo e depurar sua visão e comportamento dos elementos da ideologia dominante. Daí a exigência, para os membros da equipe, de um mínimo de experiência anterior e, sobretudo, de uma opção (COMPROMISSO) para esse tipo de trabalho. Foi essa opção aliada à experiência (mais de uns, menos de outros) que levou a equipe àquele consenso básico sobre a necessidade de tornar mais abrangente e definido o objetivo do trabalho. E foi a partir desse consenso que se abriu o processo de questionamento da proposta anterior e montagem da nova proposta.

A realidade como referência Além dessa preocupação e disposição da equipe para dar um sentido mais conseqüente ao trabalho, reconhecemos a influência determinante de dois outros fatores: a) a evidência da situação atual do trabalhador do campo (no Brasil e especificamente na nossa região), revelada pelo aguçamento de uma série de contradições:

- falta de terra para plantar; quando existe, as condições de parceria e arrendamento são extremamente desfavoráveis;
- avanço do capim (atrás do capim vem o boi) e parcelamento das propriedades que já eram mínimas (processo de minifundiarização);

- falta de acesso do pequeno agricultor aos incentivos dos projetos governamentais, bancos e órgãos oficiais;
- muita gente emigrando (para S. Paulo, para a capital) ou se assalariando temporariamente (nas grandes fazendas ou nas plantações de cana);
- Sindicatos nas mãos de pelegos e Cooperativas nas mãos dos patrões;
- falta de consciência e organização (de classe) para lutas pelos próprios direitos e interesses: ficar na terra, ter acesso aos incentivos, comercializar a produção em condições favoráveis, conter o avanço do capim, etc.

b) o desabrochar - ou manifestar-se de uma consciência de luta nas lideranças da maior parte dos grupos, com tomadas de posição mais seguras (não vender a terra, p.ex.) e maior clareza quanto aos próprios interesses.

Assim, com essas referências, a equipe foi levada a definir uma proposta de trabalho, visando imprimir-lhe uma direção mais conseqüente e criar uma estruturação mais sólida, definindo objetivos, metas e encaminhamentos (utilização de instrumentos), focalizando não só a dimensão econômica mas também a política e ligando as duas em torno da questão-chave: a ORGANIZAÇÃO.

Os encontros Aqui deve entrar necessariamente uma análise mais detalhada do principal instrumento utilizado no trabalho da equipe: os chamados ENCONTROS INTER-COMUNITÁRIOS. Tratava-se de encontros com participação de todos os agricultores dos grupos envolvidos pelo Projeto Agrícola na região. Os 3 primeiros foram realizados ainda sob a orientação anterior: todo o trabalho de preparação, determinação dos objetivos, escolha da temática e metodologia, bem como a coordenação, todo esse trabalho era feito pela equipe. O objetivo dos encontros era "entrosamento, troca de experiência e informações, (e ainda) orientações técnicas sobre a aplicação do Projeto Agrícola". No 4º Encontro - com a equipe renovada e o processo de questionamento já começado - o objetivo não foi pré-determinado: abriu-se o encontro pedindo-se que o pessoal indicasse os pontos

e assuntos que achava importante debater. A receptividade à nova proposta foi positiva e os temas indicados (falta de terra, avanço do capim, sindicalismo e cooperativismo, evangelização e organização) indicavam uma linha de discussão que passou a informar e marcar todo o trabalho. Desse encontro - o da "virada" - ficou explicitada pelos agricultores a necessidade de aprofundamento daqueles temas; ficou patente também a necessidade de maior conhecimento e consciência sobre a situação do homem do campo e da luta em conjunto pelos seus direitos - e que o lugar de desenvolver essa consciência era o "grupo de base". Decidiram ainda buscar maior entrosamento com outros movimentos e entidades e que o próximo encontro devia ser preparado nos grupos, pelo pessoal mesmo.

A preparação do 5º Encontro foi fiel a essas orientações: cada grupo apresentou os pontos que achava mais importante discutir e indicou dois representantes que formaram uma equipe a nível de cada município; a equipe, por sua vez, escolheu um representante que, junto com os outros, programou o encontro refletindo o que havia sido discutido nos grupos de base. O encontro abriu com uma exposição sobre a situação do homem do campo (pedida pelo pessoal) e os debates foram em torno da seguinte pergunta: "Diante dos problemas que afligem o trabalhador do campo, o que fazer e como?" Das conclusões, ressaltamos: "dar um caráter mais permanente aos encontros (não apenas 2 vezes por ano)"; "aproximação com outros grupos e entidades, refletindo juntos os problemas do agricultor"; "ligação de grupo para grupo, discutindo os problemas comuns (realizar encontros inter-grupos, por município)"; "mutirão para ajudar os outros no roçado, na construção da casa, na limpeza de barreiros, etc." Resultados: houve um encontro (promovido pelo Sindicato de um Município, cuja diretoria está ligada aos trabalhos) com representantes de 9 comunidades e mais representantes de 4 movimentos que atuam na área. E se partiu para os encontros inter-grupos - a essa altura já eram 9 grupos em 4 municípios: em cada município os representantes dos grupos reuniram-se para preparar e realizar o encontro, sem a presença da equipe. Houve alguma dificuldade devido à pouca experiência do pessoal em organização e deficiência na parte de leitu-

ra e escrita (tinham que ler o relatório do 5º Encontro e escrever as conclusões). Dessa experiência, entre outros frutos tivemos o surgimento de novas lideranças que já vieram ampliar o grupo de preparação e coordenação dos Encontros Inter-Comunitários.

A proposta Nessa época a equipe já tinha elementos suficientes para definir em termos mais concretos a sua proposta de trabalho. Essa proposta podia ser resumida nas seguintes RESOLUÇÕES: a) quanto à organização, não devíamos propor novas formas mas ajudar os grupos a descobrirem como utilizar as já existentes (Sindicato e Cooperativa) no encaminhamento de suas reivindicações; b) não forçar o surgimento de grupos isolados, mas orientar a irradiação a partir dos grupos já existentes, visando uma maior coesão; c) propor aos grupos uma auto-administração, retirando progressivamente da equipe a administração dos projetos; d) discutir com os grupos a proposta de centralização dos trabalhos existentes na comunidade já que existia uma espécie de sub-grupos (grupos da caixa*, grupos do projeto, grupo de evangelização), sendo poucas as pessoas que participavam do conjunto dos trabalhos; e) assessorar e orientar o processo de discussão das questões levantadas nos grupos e encontros, sobretudo as questões referentes a Sindicato e Cooperativa - isso visando que os próprios agricultores assumissem o questionamento e interferência nessas entidades, como oposição, no caso de chegarem à diretoria (como já ocorreu num município), a proposta era criar uma espécie de "comissão de educação" que seria responsável pela continuação do trabalho de base no âmbito sindical - o papel da equipe seria então o de assessorar diretamente essa comissão; f) ini

* Caixa Comunitária: - grupos de base se comprometem a pagar mensalmente uma quantia para atender às necessidades pessoais em casos de emergência. Por exemplo: compra de remédios em caso de doença. Geralmente uma pessoa guarda o dinheiro em casa e duas outras autorizam por escrito a retirada de uma determinada quantia por uma determinada pessoa.

ciar um processo de contatos e articulação com outros movimentos, já em todos os grupos havia elementos que participavam desses movimentos; g) o Encontro Inter-Comunitário devia servir cada vez mais de ponto de convergência para os grupos, indo além da simples "troca de experiências", procurando discutir as questões do trabalhador do campo a nível de município e de região, procurando estabelecer as bases de um consenso - teórico e prático - quanto aos objetivos e encaminhamentos do trabalho. O que se pretendia era chegar a uma espécie de "centro de direção e de decisões", sem perder a função dos grupos de base quanto aos objetivos específicos.

Embora a equipe tenha chegado a essas "resoluções" que, no seu conjunto, caracterizam uma proposta de trabalho, nunca se pensou em impor nada - ainda que sutilmente - aos grupos, mas sim que essas propostas só seriam apresentadas em situações viáveis, dentro do processo de conjunto e de cada grupo e em reforço às propostas nascidas no interior dos próprios grupos.

COMO ANDAM AS COISAS

O relatório do 6º Encontro Inter-Comunitário, realizado recentemente com representantes de 14 grupos de 5 municípios, pode dar uma noção de como as coisas estão caminhando.

"O Encontro foi planejado pela equipe junto com os representantes dos 5 Municípios, a partir das questões e conclusões levantadas e discutidas nos encontros inter-grupos (cada município). Nessa oportunidade, vimos a necessidade que os grupos ainda tinham de uma maior clareza quanto aos objetivos do trabalho, para daí poderem chegar a uma unidade maior. Vimos também que nesse Encontro deviam ser discutidos problemas gerais da classe trabalhadora, uma vez que a maioria dos representantes dos grupos participavam também de outras organizações, movimentos e entidades como: Sindicato, Cooperativa, Movimentos diversos ligados à Igreja Católica. Assim, o Encontro teve como objetivo maior a procura de um consenso em torno do que se quer. Verificou-se a continuidade das discussões do encontro anterior, que continuavam a ser aprofundadas pelos grupos".

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO 6º ENCONTRO:

- 1) avaliar os trabalhos desenvolvidos pelos grupos desde o último encontro, observando até que ponto existe consenso quanto aos objetivos, encaminhamentos e instrumentos utilizados;
- 2) procurar ver e especificar os pontos convergentes e os divergentes e, a partir desta análise, montar a programação para a próxima etapa.

TEMAS DISCUTIDOS EM ASSEMBLÉIA:

a) falta de terra; b) compra de terra (por outros) para o cultivo de capim e café; c) emigração para outros municípios e estados; d) incentivos governamentais à pecuária e ao café; e) influência dos meios de comunicação; f) responsabilidade dos participantes dos grupos; g) administração dos recursos das comunidades; h) participação nas reuniões e encontros; i) individualismo do pequeno agricultor; j) sindicalismo; l) cooperativismo.

DEPOIMENTO: "Um dos pontos de maior importância neste encontro foi o dos grupos terem ido além das apresentações dos problemas para decidirem sobre as atividades que cada um deveria realizar, o que, quando e como, e isto em função dos objetivos maiores".

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Então, está aí uma espécie de relato da nossa caminhada. Concluindo esse relato - no qual procuramos traçar um perfil do trabalho da equipe e do processo dos grupos envolvidos nesse trabalho - achamos importante indicar algumas "certezas", bem como algumas questões e perspectivas (ressalvando, é claro, que nada aqui é inteiramente conclusivo).

A essa altura do desenvolvimento do trabalho, podemos dizer que a equipe tem clareza sobre alguns aspectos que consideramos fundamentais:

1. Quanto à equipe de trabalho - é condição indispensável haver um CONSENSO das pessoas em torno tanto dos objetivos (direção do trabalho) quanto dos instrumentos (encaminhamento do trabalho) a partir de um pano de fundo ideológico (leitura da realidade) comum a todos os membros da equipe.

2. Quanto à direção do trabalho - trata-se, concretamente, de nos colocarmos a serviço do processo de organização da classe camponesa, na nossa área de atuação:
 - a) na nossa região, a classe camponesa é constituída pelos pequenos agricultores (propriedades de 12ha no máximo), que também se assalariam temporariamente ou trabalham no "regime de meia" em terra alheia - esse é o tipo de trabalhador do campo predominante na nossa área, cujo interesse básico e fundamental é a TERRA;
 - b) essa organização é um processo de baixo para cima, quer dizer: a organização de base (grupos nos povoados) é primeira, fundamental e permanente. É ela que pode garantir que o trabalho se desenvolva com a direção do processo de organização sendo assumida pelos próprios agricultores;
 - c) o sindicato e a cooperativa são as formas de organização para as quais deve continuar sendo canalizado esse processo de organização de base, quer dizer: o avanço do trabalho de base deve levar à tomada dessas formas de organização e sua utilização pela classe - tomada do sindicato como instrumento político, como entidade de classe; e da cooperativa como suporte econômico da organização da classe. São essas formas que, a nosso ver, vão possibilitar que o trabalho de organização se firme e amplie.

3. Quanto ao encaminhamento do trabalho:
 - a) o trabalho da equipe não é dentro do Sindicato ou da Cooperativa, mas fora deles, em termos de fortalecimento da infra-estrutura de organização, das bases;

b) o trabalho se desenvolve a partir do real, isto é do nível em que cada grupo se encontra: nível de compreensão da realidade, nível de organização e nível de consenso;

c) não devemos criar novos grupos para depois articular, mas sim, orientar a irradiação a partir dos grupos já existentes, visando um processo orgânico de articulação.

Mesmo com estas "certezas", permanecem ALGUMAS QUESTÕES sobre encaminhamentos específicos, alguns aspectos do trabalho sobre os quais ainda não temos suficiente clareza:

1. Sobre a centralização administrativa - se cada grupo tem a sua Caixa e através dela vem, numa certa medida, resolvendo seus problemas econômicos, como é que fica isso no momento em que a Cooperativa se propõe a resolver esses mesmos problemas em nível mais amplo? Em vez de pequenos fundos (de cada Caixa), se partiria para uma espécie de centralização administrativa (um fundo comum a todos os grupos do município ou mesmo a nível dos 5 municípios)? A Caixa funciona a nível local; a existência da Cooperativa no município indica a possibilidade dela ser um instrumento mais amplo de organização econômica dos grupos - daí que não teria sentido pensar na criação de um outro instrumento, mas utilizar o que já existe. De qualquer maneira, nesse momento as Caixas cumprem a sua função de suporte econômico para os grupos (umas mais, outras menos), inclusive funcionando a cooperação entre grupos (em momentos de aperto, um grupo ajuda outro). A questão que se coloca é sobre o desdobramento e articulação das diversas Caixas a nível da área tomada.
2. Sobre a centralização da direção - do desenvolvimento do trabalho, a partir dos Encontros Inter-Grupais, vai sendo percebida a necessidade de uma "equipe permanente" que garanta a articulação entre os grupos dos 5 municípios - e, nessa articulação a direção do processo de organização. Quer dizer: das equipes que hoje desempenham as tarefas de articulação (preparação, organização e coordenação dos encontros, ligação com outros movimentos, etc.) a tendência é sair uma espécie de "equipe de direção". O problema é que, embora tenham surgido algumas novas

lideranças, o peso maior ainda é das "lideranças tradicionais", com o risco de um certo elitismo, isto é: serem absorvidas por aquelas tarefas e deixarem em segundo plano ou se desligarem de seus grupos de base. Como evitar isso, dada a experiência histórica de "formação de lideranças" da educação popular no Brasil, que quase sempre levou a esse elitismo?

3. Sobre a articulação a nível de trabalhos de base semelhantes - não contamos com uma atuação sistemática na área de movimentos ligados à Igreja Católica, mas em todos os grupos há elementos que participam de trabalhos ligados à Igreja. Temos o maior interesse - e necessidade - de expor e discutir com outras pessoas e equipes as questões e propostas que estão sendo colocadas a partir desse tipo de prática (trabalho de educação popular no meio rural). Também a nível das equipes da Instituição que atuam em outras áreas pois, como acreditamos, o mesmo consenso que a prática exige internamente para cada equipe, exige também para o conjunto das equipes. Trata-se de uma discussão essencialmente política, porque estamos no mesmo barco e, onde quer que se desenvolva um trabalho de educação popular, a direção deve ser uma só (guardadas as especificidades de cada equipe e realidade local). A questão aqui é sobre os mecanismos que viabilizem esse tipo de discussão - que é uma coisa diferente da simples e habitual "troca de experiência".

Dentro desse quadro, com algumas "certezas" e "dúvidas" o trabalho apresenta também ALGUMAS PERSPECTIVAS que gostaríamos de ressaltar:

1. O SINDICATO como instrumento de organização sócio-político, de representação e encaminhamento de reivindicações fundamentais da classe camponesa (como a da terra e da comercialização da produção):
 - a) no município onde o desenvolvimento do trabalho de organização já chegou ao Sindicato, continua a direção de reforço ao trabalho de base (grupos existentes e irradiação desses grupos), em vista de uma estruturação mais sólida, com

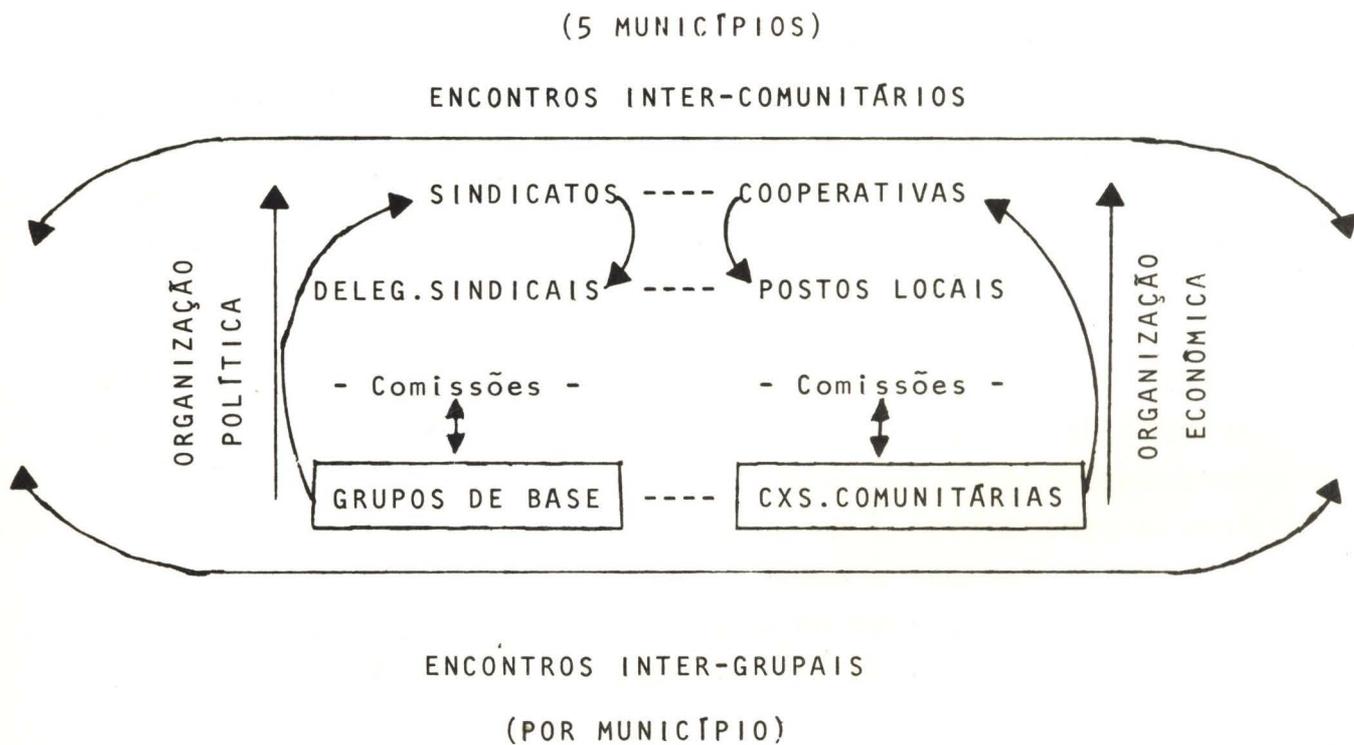
delegacias sindicais representativas e atuantes (*). É esta estruturação que pode garantir a continuidade do trabalho, assumido pelos próprios agricultores;

b) nos demais municípios, com os sindicatos nas mãos de pelegos, o trabalho segue com encaminhamento para formação de organização de uma oposição sindical.

2. As CAIXAS continuam como instrumento de garantia do suporte econômico a nível local - e também como instrumento de aprendizado de administração e organização econômica. Em alguns municípios as Caixas arriscam ser uma forma paralela ou mesmo concorrente da Cooperativa - é preciso enfrentar isso, visando ligar as coisas.
3. Os ENCONTROS INTER-GRUPAIS (nível de cada município) e INTER-COMUNITÁRIOS (nível da área, dos 5 municípios), são ainda o mecanismo básico de encaminhamento do trabalho. Através deles, a perspectiva é de que os grupos possam realmente chegar a um consenso, à consolidação da direção que está sendo imprimida ao processo de organização (que julgamos correta) - e também à formação de uma "equipe permanente", a nível dos 5 municípios.
4. Reforçar e fazer avançar mais a experiência a nível de município, das equipes já existentes que preparam e coordenam os encontros - do amadurecimento dessas equipes é que se formará a EQUIPE PERMANENTE. Nesse sentido também, tanto a nível de Sindicato como de Cooperativa, continua o processo de formação e atuação de COMISSÕES que vão progressivamente assumindo o trabalho de base (educação, saúde, produção, comercialização, etc.).

(*) Entre os assuntos de discussão nos grupos, aparece o do Sindicato - da discussão deste tema é deve surgir a proposta de formação das DELEGACIAS SINDICAIS.

Resumindo, esquematicamente, é assim que estamos visualizando esse processo de organização da nossa área:



A PROPÓSITO DE "UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO
POPULAR EM ANDAMENTO"

João Luís van Tilburg

Não faz muito tempo, um colega me disse: "Quase não reconheço mais o trabalho que temos feito". Referiu-se a um imenso relatório de 146 páginas. Este relatório foi o resultado da sistematização e da avaliação de um trabalho de vários anos: Cursos de Madureza. A ordenação de todos os dados fez desaparecer "a vida do dia a dia" de le com os jovens operários. O conteúdo das discussões e dos "bate-papos" antes e depois das aulas, e mesmo as gargalhadas provocadas pelas peças teatrais, tudo isto foi reduzido a tabelas, considerações e análises.

De forma alguma sou contra a sistematização. Esta é indispensável para se ordenar tudo aquilo que está "solto" na cabeça da gente, e relacionar aquilo que se fez ou se pretende fazer. Entretanto a sistematização traz algumas implicações. Ela obedece a regras próprias, lança mão de palavras ou conceitos que não são pouco usados no dia a dia, quando temos contato com os grupos de base. Então ao usar estas palavras ou conceitos, muitas vezes se torna indispensável recheá-los com coisas do dia a dia para entender o real conteúdo destes conceitos.

Assim também ocorre com o programa que esta equipe está desenvolvendo. Daí é necessário saber o que recheia estes conceitos. Por isso vou primeiro fazer uma listagem das idéias ordenadas por esta equipe em relação à sua proposta de trabalho, e depois transcrevo alguns depoimentos de lavradores com os quais a equipe trabalha.

1 - Qual é a proposta da equipe?

"Trata-se, concretamente de nos colocarmos a serviço do processo de organização da classe camponesa, na nossa área de atuação".

2 - Qual é o objetivo desta proposta?

"O avanço do trabalho de base deve levar à tomada dessas formas de organização (sindicato e cooperativa) e sua utilização pela classe - tomada do sindicato como instrumento político, como entidade de classe; e da cooperativa como suporte econômico da organização da classe".

3 - O porquê da proposta

" - Ausência completa de objetivos mais abrangentes (por parte dos lavradores) de natureza social, visando envolver não só alguns agricultores mas a comunidade como um todo.

- ausência de preocupação por formas de organização mais próprias e eficientes na defesa de seus direitos e reais interesses.

- falta de consciência e organização (de classe) para lutar pelos próprios direitos e interesses".

4 - Como realizar esta proposta ou o que é necessário?

"O desabrochar - ou manifestar - de uma consciência de luta nas lideranças da maior parte dos grupos, com tomadas de posição mais seguras (não vender a terra p.ex.) e a maior clareza quanto aos próprios interesses".

1. Os lavradores e o problema dos intermediários

- . O preço do feijão era 480 cruzeiros em 78 mas os caras do armazém compravam nas bodegas e nos sítios por 400, até mesmo por 360.
- . Quando os armazéns compravam 30, 40 sacos, o preço era 450. Quando eles viam a carruagem aí, eles baixavam e disseram: "Ah, mas eu não tenho dinheiro pois o feijão baixou". Quem perde é justamente o agricultor.
- . Têm muitos agricultores que parece que têm uma ilusão. Vêem o preço da cooperativa mas vende ao intermediário. Vende a Cr\$ 50,00 ou Cr\$ 60,00 a menos cada saco.
- . Aí você vê: tem comerciante nessa região que sustenta um pai de família na época ruim de dinheiro, que é a época do inverno. Sustenta ele de café, açúcar, até com dinheiro às vezes para comprar um medicamento para um filho dele que adocece, ou ele mesmo. A cooperativa compra. É o preço X, o preço justo. Mas comprou e com você não tem mais compromisso. Se outro dia você tiver com a corda no pescoço, a cooperativa não solta o que você precisa.
- . Avisaram a todos pelos sítios que podiam levar para a COBAL 50 mil sacos de feijão. Mas o povo não ia à cooperativa. Vendiam ao intermediário. Uns diziam que estavam devendo ao bodegueiro e tinham que vender a ele.
- . Um sócio da cooperativa tinha uns 15 sacos de feijão gordo, feijão bom e disse: "Só vendo quando é 500 contos". Isso era quando estava por 480. Eu disse: "A semana que vem, leve à cooperativa". Quando o preço subiu para 500 contos,

ai a cooperativa foi para 520.

Mas o sócio chegou na venda e vendeu a 500.

Eu chego lá e digo: "Mas rapaz, na cooperativa está por 520, e você está vendendo por 500".

Ele respondeu: "Porque é o seguinte: o homem ali, eu compro na venda dele, quando eu tenho dinheiro eu compro, e quando não tenho, eu compro também".

- . O agricultor compra fiado. O bodegueiro vai anotando no livro. Quando chega o tempo, o bodegueiro cobra pedindo o feijão. A gente pede para vender o feijão daqui a 15 dias, porque o preço está subindo.

Mas o bodegueiro dá em cima e diz: "Paga logo".

Ele não vai esperar que o feijão suba.

E a gente não quer passar por velhaco e fica com vergonha e paga ele.

Se a gente não paga, o bodegueiro fica dizendo:

"Olha, fulano de tal é um velhaco.

Não me pagou porque não quis, tem condições".

O pobre está vivendo como uma bola de futebol, jogado.

Vai numa barra, vai na outra, vai nos escanteios.

- . Aonde não existe cooperativa é o seguinte: o intermediário compra pelo preço que quer e o camarada está com a corda no pescoço.

- . No passado o pequeno trabalhava e a safra que fazia era obrigado a vender a uma única pessoa, ali no sítio mesmo.

Tinha aquele armazenhista que quando chegava o tempo da safra, comprava a mercadoria dos agricultores.

Ele comprava pelo preço que queria.

O comércio tinha um preço,

mas os agricultores não sabiam o preço do comércio.

O armazenhista era quem dava o preço.

- . Um amigo foi vender milho na venda.
Ele disse que não pesou, mas ele mediu 7 sacos de milho.
Quando chegou no armazém,
o cara quando pesou só deu 6 sacos e 4 quilos.
56 quilos foi-se embora.
Ele disse: "Eu não disse nada, porque eu devia ao armazenhista".
Agora eu pergunto: quer dizer que ele está sujeito a isso porque ele devia ao armazenhista?
Vocês acham que foi porque ele devia que ele está sujeito a perder 54 quilos de milho dentro de 7 sacos de milho?
Isso não é dever que faz o sujeito se assujeitar e ficar debaixo da sola do pé de outro homem.
Isso já é demais. É roubar a olho visto.
- . Quarta-feira levei uma farinha. 10 sacos.
Quando cheguei lá, o cara falou: "Vamos conferir".
Aí chegou lá e a farinha deu 49 quilos.
Eu digo: "Não está dando 50 quilos não? Então eu não vendo".
Se eu não abro a boca, um quilo ele tinha levado.
E a mesma coisa eu faço com quem eu devo dinheiro.
Não de eu pagar a minha mercadoria e levar 5 sacos e chegar lá e dá 4. Não senhor! Seu peso está por fora.
Porque eu trouxe tanto, e dá tanto, faltando saco de seis, não tem.

2. Uma forma de fazer frente a este tipo de exploração

- . Nós temos uma caixa comunitária.
Numa noite, isso foi lá numa reunião, um amigo falou:
"A gente vai pagar Cr\$ 5,00 por mês".
Aí o outro disse: "Mas ninguém pode; você é rico, você pode dar Cr\$ 5,00".
Aí ele disse: "Olha cara, quem não pode pagar Cr\$ 5,00, é muito fraco".
Aí perguntaram: "O objetivo, qual é? Qual é o pensamento".
Disseram: "Uma caixa para servir às necessidades, não para dar".
Então a caixa é o seguinte:

Quando foi iniciado, se perguntava "Essa caixa vai servir a benefício de que?"

Bom para a comunidade.

Alguém precisou, ela está para servir.

Porque é o seguinte:

a gente bota a pessoa às vezes para dar na mesma;

ele fica no meu costume: "Ah, fulano vai trabalhar para mim, eu não vou fazer força".

Bom, se eu preciso de 100 contos, para um caso de doença, eu vou lá e pego Cr\$ 200,00.

É empréstimo, certo, mas também eu tenho consciência de pagar.

Já o empréstimo eu já acho que seja uma grande vantagem ter uma caixinha assim que havendo uma necessidade de um pai de família comprar um medicamento para um filho, numa hora muito apressada já sabe onde vai buscar.

Aquilo ali é nosso.

Mesmo um cara sem ser sócio, mas ele está na precisão, qual é o dever?

Mas tem dirigentes que chegaram, pegaram o dinheiro e compraram um boi.

Aí quando nós soubemos, aí demos uma bronca. Por que?

Ora, se hoje eu estou necessitando, preciso de 100 cruzeiros, então não tem,

Daquele boi que está no cercado,

eu vou tirar 5 quilos ou 10 para resolver problemas?

Mas tinha deles que diziam: "A gente chega e troca na hora".

Mas é comunitária ou não é?

Mas eles diziam que esse dinheiro tem que estar empregado para dar lucro. Porque esse dinheiro estando parado não está dando lucro nenhum.

Eu digo: "Mas rapaz, o lucro que dá, é o seguinte:

está ali na caixa e ninguém vai ter aperreio nem quebra-cabeça. O dinheiro está ali na hora.

Quer dizer que esse dinheiro vai resolver o problema dele.

Mas pegaram o dinheiro e compraram um boi.

E a turma ficou meio aborrecida,

mas nós estamos tentando para ver se esse negócio volta para trás.

Quando compraram o boi, foi uma revolução,
porque é o seguinte:

a gente comprando um boi que é para dar uma mão e coisa e tal,
mas acontece que aparece uma necessidade com a gente,
então esse boi vai sanar o problema?

Mas eles disseram: "Ah rapaz, não é para dar é para emprestar".
Agora o boi está lá no cercado.

O tesoureiro zangou-se e deixou o dinheiro para lá,
e depois ele pegou o dinheiro e coisa e tal e
se sentiu até movimentando.

Agora há poucos dias disseram que deram o boi de meia.

Não me resta dizer muita coisa. Basta comparar a Proposta da
equipe com as palavras dos lavradores.

EQUIPES LOCAIS

REGIONAL NORTE

Escritório de Belém
Rua Bernal do Couto n.º 1329
(0912) 22.0318
66.000 – Belém – PA

Escritório de Cametá
Praça dos Notáveis n.º 38-B
68.400 – Cametá – PA

Escritório de Santarém
Rua 24 de Outubro n.º 1059
68.100 – Santarém – PA

Escritório de St. Antonio de Tauá
Rua Pres. Vargas n.º 102
68.786 – Sto Antonio de Tauá

Escritório de Santa Luzia
Av. Newton Bello n.º 1032
65.390 – Santa Luzia – MA

REGIONAL NORDESTE

Escritório do Recife
Rua Cedro 52
Casa Amarela
(0812) 268-3242
50.000 – Recife – PE

Escritório de Garanhuns
Av. Rui Barbosa n.º 200
2392
55.300 – Garanhuns – PE

Escritório de Fortaleza
Rua Francisca Clotilde n.º 680
Porangabaçú
60.000 – Fortaleza – CE

REGIONAL SUDESTE-SUL

Escritório de São Paulo
Rua Loefgren n.º 1651, Casa 6
(011) 549.3888
04.040 – São Paulo – SP

Escritório do Rio de Janeiro
Rua 2 n.º 201 – Acari
(021) 350.1130
21.530 – Rio de Janeiro – RJ

Escritório de Vitória
Rua 7 de Setembro n.º 529
(0272) 223.7436
29.000 – Vitória – ES

Escritório Porto Alegre
Rua Gaspar Martins n.º 470
(0512) 25.0787
90.000 – Porto Alegre – RS



Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Escritório Nacional: Rua das Palmeiras, 90 – ZC 01

Tel.: (021) 286-6797 e 286-6134

22.270 – Rio de Janeiro (RJ)